

**Proposta de Programa Territorial de Desenvolvimento do
Minho-Lima**

(ao abrigo do Convite PTD/01/2008)

07 de Novembro 2008

INDICE

<u>1. INTRODUÇÃO</u>	<u>4</u>
<u>2. ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO.....</u>	<u>5</u>
2.1. Do diagnóstico estratégico à visão e missão para o desenvolvimento do Minho-Lima.....	5
2.2. Objectivos Estratégicos e Específicos do PTD-ML.....	8
2.3. Objectivos globais e referenciais sectoriais para os domínios dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade.....	10
2.3.1. Objectivos globais para SCTP.....	10
2.3.2. Referenciais Estratégicos Sectoriais para os principais domínios dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade.....	12
<u>3. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO NA VISÃO ESTRATÉGICA PARA A REGIÃO NORTE INTRODUÇÃO</u>	<u>39</u>
3.1. Diagnóstico estratégico do Minho-Lima.....	39
3.2. Norte 2015 – Uma Visão e Plano Estratégico da Região Norte.....	48
<u>4. PROPOSTA DE PLANO DE INVESTIMENTOS.....</u>	<u>52</u>
4.1. Introdução.....	52
4.2. Apresentação sucinta por tipologias de operação.....	58
<u>5. PLANO DE MONITORIZAÇÃO DO PTD-ML.....</u>	<u>66</u>
5.1. Introdução.....	66
5.2. Indicadores e metas de realização física e resultados.....	68
<u>6. MODELO DE GESTÃO DO PTD-ML.....</u>	<u>74</u>
<u>7. PLANO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PTD-ML.....</u>	<u>82</u>

1. INTRODUÇÃO

O presente documento corresponde à resposta de nove municípios da NUTS III Minho-Lima¹ ao convite PDT/1/2008 efectuado pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte, no âmbito do processo de contratualização de uma subvenção global, nos termos do artigo 64º do Decreto-Lei nº 312/2007 de 17 de Setembro.

Na elaboração do documento procurou-se seguir as orientações de conteúdo estabelecidas no ponto 4.3 do referido convite, apresentando a seguinte estrutura, com numeração subsequente ao presente e primeiro capítulo introdutório:

- No capítulo segundo, formula-se a estratégia integrada com definição de objectivos de desenvolvimento e prioridade de intervenção global para o Plano Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima (PTD Minho-Lima);
- No capítulo terceiro, formula-se um diagnóstico prospectivo do território que retoma parcialmente elementos que constam do Programa de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade do Minho-Lima (PAISCTP-ML), devidamente contextualizados na visão estratégica de desenvolvimento para o Norte de Portugal e para o País (QREN e PNPOT)
- No capítulo quarto, apresenta-se a proposta de Plano de Investimentos, explicitando a partir de projectos estruturantes definidos para as tipologias de operações, a sua coerência global quer face aos objectivos estratégicos definidos no capítulo segundo no âmbito do PTD, como em relação aos domínios globais que constavam do PAISCTP;
- O capítulo quinto apresenta-se o plano de monitorização para a estratégia e investimentos propostos, que inclui uma proposta de criação de uma Comissão de Acompanhamento;
- O capítulo sexto apresenta uma proposta quanto à estrutura, funções, descrição do perfil dos recursos humanos a afectar à Estrutura de Apoio Técnico, e quanto ao modelo de gestão para a subvenção global;
- Finalmente no capítulo sete, apresenta-se o plano de divulgação e comunicação do PTD-ML.

¹ Com excepção do Município de Viana do Castelo, os restantes nove municípios à data da conclusão desta proposta de candidatura já tinham aprovado a intenção de aderir à Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima (CIM-ML), que será formalmente constituída quando entrar em vigor a nova Lei do Associativismo Municipal, aprovada no mês de Julho de 2008 na Assembleia da República e que aguarda publicação.

Em anexo reportam-se quadros e elementos referentes ao Programa de Investimentos e os estudos complementares que serviram de apoio à presente candidatura, de que se destaca o PAISCTP, elaborado oportunamente pela empresa Quaternaire Portugal, SA.

2. ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO

2.1. DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO À VISÃO E MISSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MINHO-LIMA

Conforme se preconizava no âmbito do PAISCTP-ML e de outros estudos, como o “PROT-Norte”², em elaboração, do “Plano de Intervenção do Vale do Minho” e do “Plano de Intervenção do Litoral Norte e Vale do Lima”³, a estratégia integrada de desenvolvimento do PDT-ML, pretende também fazer convergir e dar coerência nas políticas e trajetórias dos dez concelhos, da forma mais eficiente e adaptada especificamente numa perspectiva de conjunto para o território do Minho-Lima.

Os Vales do Minho e do Lima e respectivos municípios representam massas demográficas e rede urbana diferentes (Viana com 91 mil, os três restantes concelhos do Vale do Lima com 82 mil e os seis concelhos do Vale do Minho com cerca de 80 mil habitantes residentes – dados de 2005), mas com três contínuos urbanos (eixo Viana do Castelo-Caminha-Valença; eixo Viana do Castelo-Ponte de Lima e eixo urbano Arcos-Ponte da Barca), com rótula em Viana do Castelo, mas também sofrendo forte polarização da cidade de Braga no território do Minho-Lima Interior. As restantes sedes de concelho, a que se acrescenta Vila Praia de Âncora, funcionam como pequenos centros, embora Ponte de Lima e Valença registem dinâmicas urbanas que prefiguram centralidades potenciais.

A existência de espaços “excluídos” ou em “perda” (rurais de “baixa densidade” e “medianamente urbanos”), com uma forte identidade sócio cultural e económica do conjunto do território do Minho-Lima, são elementos marcantes na definição de uma atitude e estratégia de cooperação intermunicipal e integração no âmbito do Programa Territorial de Desenvolvimento.

Os elementos do diagnóstico referenciados no PAISCTP-ML e que são adoptados pelo PTD,

*Uma região com forte **identidade sócio-cultural**, com uma posição de **charneira** no quadro da **cooperação transfronteiriça** Galiza-Norte de Portugal, com **franca vocação turística** mas **com margens de progresso significativas** em termos de dinamismo e de dimensão social e económica....*

*Mas que apresenta um claro **défice** em termos de **solidariedade** e de **coesão** entre os seus espaços litoral e interior, e em particular das áreas rurais de baixa densidade e medianamente urbanas, e uma **base económica frágil e débil capacidade de empreendimento** em processo de transição para uma economia cada vez mais global.*

Nesta perspectiva o período 2007-2013 deverá constituir uma oportunidade para uma alteração de políticas públicas, preparadas para responder aos desafios actuais, de forma mais articulada que permita capacitar os agentes públicos e privados na preparação e consolidação de dinâmicas de desenvolvimento consistentes.

A Visão orientadora proposta tem subjacentes três pressupostos e princípios de intervenção:

- Ser mobilizadora e factor de agregação entre os municípios;
- Ter em conta a posição favorável em matéria de geo-estratégia territorial no âmbito da Euro-região Galiza-Norte de Portugal;
- Perspectivar o desenvolvimento e consolidação de uma nova tipologia de actividades compatível com a preservação da qualidade ambiental e com o desafio de modernidade.

VISÃO: Um Objectivo global para o Minho-Lima 2015

Minho-Lima como espaço de ***excelência ambiental*** com capacidade de desenvolver uma ***nova conjugação de recursos e actividades*** turísticas, de energias renováveis, de acolhimento empresarial e ***de provisão de serviços de proximidade com qualidade*** e modernidade, que respondam aos ***desafios de competitividade, coesão***

A VISÃO Estratégica apresentada é susceptível de ser traduzida numa MISSÃO mobilizadora global para o território do Minho-Lima que permita a cada um dos municípios e à futura Associação de Municípios de Fins Múltiplos a constituir não só dinamizar a articulação de investimentos municipais de interesse intermunicipal como concertar e produzir sinergias com as principais instituições e entidades públicas e privadas na sua concretização.

Nesta perspectiva poder-se-á formular a seguinte **MISSÃO:**

Potenciar a geo-estratégia territorial para o Minho-Lima que promova uma nova geração de recursos competitiva alternativa ao sector agro-florestal, nos domínios da organização da oferta turística, das energias alternativas, e do acolhimento empresarial, com condições infraestruturais básicas e organizacionais favoráveis ao empreendimento, modernidade cultural e utilização das tecnologias de informação e da inovação enquanto dinamizadoras do processo de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de

Nesta estratégia de desenvolvimento global integrada, é particularmente relevante a criação de condições de enquadramento em três vectores essenciais no quadro de interacção e complementaridade do sistema urbano, vilas e cidades com os demais espaços e freguesias dos concelhos, designadamente dos territórios de baixa densidade demográfica:

- Melhoria das condições de vida;
- Dinamização do desenvolvimento económico e criação de emprego;
- Modernização e descentralização da informação e participação.

No âmbito da prossecução desta estratégia o cenário mais estimulante adoptado no estudo do PAISCTP-ML, correspondendo à vontade manifestada de esforço de integração de políticas e projectos para o Minho-Lima como um todo, é o do aprofundamentos dos caminhos de convergência interna entre os municípios da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, com as lógicas externas e sectoriais, em que existem dimensões e limiares críticos (ex. a promoção e atracção do investimento produtivo, a formação profissional especializada, o ensino superior, o Centro Hospitalar, o atendimento a idosos, as escolas e a mobilidade). Neste processo de concertação e integração de linhas estratégicas e de dinâmicas locais “proactivas” para o Minho-Lima, em que será dada particular atenção às condições de vulnerabilidade dos espaços de baixo densidade e também das periferias dos centros urbanos/ sedes de concelho teremos então uma situação de soma positiva com maximização dos efeitos das políticas públicas, no respeito da diversidade e equilíbrios dos espaços rurais, urbanos e peri-urbanos. Globalmente teríamos então um Minho-Lima simultaneamente mais competitivo e mais coeso, com maior massa crítica e uma dinâmica mais auto-sustentada de desenvolvimento.

Assim sendo, a definição dos objectivos estratégicos para o PTD deverá ter em conta a sua compatibilização com as linhas programáticas e objectivos estratégicos definidos nos documentos “Norte 2015 e no Programa Operacional da Região Norte (ON.2- O Novo Norte), tendo presente o âmbito e os objectivos previstos no quadro de contratualização com as

associações de municípios de base NUT III nos termos do convite PTD/01/2008 para apresentação de propostas, tendo presente o seguinte:

- Trata-se de abrir caminho a um novo ciclo de investimentos municipais e supra-municipais distribuídos pelos cinco eixos prioritários do ON.2;
- Não se trata de um programa de investimentos exclusivamente infra-estruturais, envolvendo também projectos imateriais designadamente de formulação de projectos-piloto envolvendo novos modelos de gestão, arquitectura de redes de cooperação, estudos de viabilidade de parcerias e de novos modelos de intervenção sobre o território.

2.2. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E ESPECÍFICOS DO PTD-ML

Tendo como pressuposto o atrás exposto é possível formular o seguinte conjunto de objectivos estratégicos para o Minho-Lima no âmbito do PTD:

1. Promoção de factores de competitividade, inovação, empreendedorismo e valorização económica dos recursos (articulando com os Eixos I e II do ON.2)
2. Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade de educação e saneamento básico (contemplado no Eixo III do ON.2)
3. Progressão da mobilidade urbana e de transporte público, e melhoria das condições de acessibilidade e segurança intra-regional no Minho-Lima (uma das componentes do Eixo IV do ON.2)
4. Melhoria da governação da administração local e da capacitação institucional de desenvolvimento local, sub-regional e transfronteiriço (componentes integrando o Eixo V do ON.2)

O Plano Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima é constituído por quatro objectivos estratégicos que por sua vez se desdobram em objectivos específicos. Estes objectivos estão estreitamente relacionados e simultaneamente visam, no seu âmbito, contribuir para o cumprimento da estratégia delineada nas linhas programáticas e objectivos do Plano Estratégico da Região Norte — Norte 2015 e do Programa Operacional da Região Norte (ON.2 — O Novo Norte).

No quadro seguinte são apresentados os objectivos específicos para cada um dos objectivos estratégicos que tiveram em conta, na sua formulação, as tipologias/sub-tipologias a contratualizar no âmbito da Subvenção global.

TABELA 1 – OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS VS. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DO PTD

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
<p>1. Promoção de factores de competitividade, inovação, empreendedorismo e valorização económica dos recursos</p>	<p>1.1. Consolidação e requalificação da rede de áreas de acolhimento empresarial, e seus modelos de gestão, com promoção do empreendedorismo local e de serviços partilhados.</p>
	<p>1.2. Promoção do acesso à Internet, com criação e divulgação de conteúdos educativos, culturais e de apoio à dinamização de novos serviços de carácter comunitário.</p>
	<p>1.3. Valorização e inovação das actividades económicas de base endógena em acções de âmbito supra municipal.</p>
<p>2. Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade de educação e saneamento básico</p>	<p>2.1. Promover a melhoria dos níveis de atendimento, qualidade, de integração e eficiência em sistemas de abastecimento de água, e saneamento de águas residuais</p>
	<p>2.2. Optimização da recolha, triagem e tratamento dos resíduos sólidos urbanos e melhoria do comportamento ambiental dos cidadãos</p>
	<p>2.3. Incremento dos níveis de qualificação escolar e profissional da população, em consonância com o reordenamento e requalificação da rede escolar de 1º ciclo e de pré-escolar previsto nas Cartas Educativas</p>
<p>3. Progressão da mobilidade urbana e de transporte público, e melhoria das condições de acessibilidade e segurança intra-regional no Minho-Lima</p>	<p>3.1. Melhoria da eficiência dos transportes e mobilidade urbana interna e transfronteiriça, reforço da intermodalidade e descongestionamento dos centros urbanos e suas periferias</p>
	<p>3.2. Requalificação e beneficiação dos níveis de serviço da malha viária supra-municipal e municipal de proximidade e acções de valorização da rede e sistemas de transportes colectivos em meio rural</p>
<p>4. Melhoria da governação da administração local e da capacitação institucional e cooperação e de desenvolvimento local, sub-regional e transfronteiriço</p>	<p>4.1. Valorização do potencial das tecnologias de informação e comunicação no processo de modernização da administração pública, local e desconcentrada, e melhoria da relação com as empresas e cidadãos</p>
	<p>4.2. Promoção de projectos/iniciativas inovadoras de valorização geo-estratégica e de recursos nos principais domínios de aposta do Minho-Lima (organização e promoção da oferta turística/cultural; acolhimento empresarial e empreendedorismo e da cooperação)</p>

2.3. OBJECTIVOS GLOBAIS E REFERENCIAIS SECTORIAIS PARA OS DOMÍNIOS DOS SERVIÇOS COLECTIVOS TERRITORIAIS DE PROXIMIDADE

2.3.1. Objectivos globais para SCTP

Tal como foi referido, os trabalhos de elaboração do PTD foram precedidos de um um Plano de Acção mais vasto, mas que tinha uma maior incidência na questão dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade SCTP, que então também visava dotar os municípios ao nível de NUTs III de um instrumento e uma estratégia coerentes que permitisse enquadrar o processo de contratualização de uma fundamentação de projectos nos dez domínios definidos.

Tendo em consideração o quadro estratégico proposto, naquilo que se pode articular com a formulação dos Serviços Colectivos Territoriais de proximidade distribuídos pelos dez domínios definidos abaixo, foi formulado o seguinte conjunto de objectivos genéricos para os SCTP, que é aprofundado mais adiante no âmbito da especificação dos objectivos nos domínios também presentes no PTD.

TABELA 2 - FORMULAÇÃO DE OBJECTIVOS PARA PLANO DE ACÇÃO DO PAISCTP – MINHO-LIMA

DOMÍNIOS	FORMULAÇÃO DOS SCTP
Educação pré-escolar e ensinos básico, secundário e profissional	Incremento dos níveis de qualificação escolar e profissional da população, em consonância com o reordenamento da rede previsto nas Cartas Educativas.
Cultura, património e turismo	Valorização da cultura e do património como recursos específicos de estratégias de desenvolvimento.
Desporto	Valorização da prática desportiva como instrumento de integração social e de aproveitamento / sensibilização da mais valia ambiental do território.
Saúde	Inovação, território e saúde.
Transportes	Promoção de acções integradas de racionalização e qualificação do sistema de transportes a operar na NUTS III MINHO-LIMA.
Operações integradas de qualificação de aglomerados urbanos	Operações integradas de investimento de valorização do sistema urbano do Minho-Lima, desde que integradas na linha “qualificação do território para a coesão”.
Modernização da administração local	Valorização do potencial das tecnologias de informação e comunicação no processo de modernização da administração local, em curso no Vales do Minho e do Lima, da acessibilidade das populações a serviços públicos locais.
Ambiente e saneamento básico	Valorização da componente de inovação ambiental e de espaços naturais destinados a recreio e lazer e de melhorias de cobertura e serviço das redes de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e de RSU.
Desenvolvimento económico	Racionalização e qualificação dos serviços e redes de acolhimento e promoção empresarial, com dinamização das infra-estruturas e serviços existentes, com modelos de provisão ajustados às características dos sub espaços regionais.
Acção social	Qualificação e robustecimento técnico e humano das redes de intervenção social.

Tendo presente esta formulação e a arquitectura do PO Região Norte, e em geral e do Eixo 3 em particular, bem como dos diversos instrumentos QREN e propunha-se então a organização do PAISCTP-ML em duas linhas de Acção, na qual a 1ª linha contemplaria os domínios e projectos a integrar no Eixo 3 do PO Região Norte, devendo ser objecto de discussão e aprofundamento com os sectores.

A 2ª linha contemplaria outros projectos municipais estruturantes em domínios ou projectos de outros eixos do PO Regional Norte ou de Programas Operacionais Temáticos, designadamente PO Valorização do território.

Linha 1 - Valorização Sócio-cultural e qualificação ambiental e territorial dos SCTP

- Educação pré-escolar e ensinos básico, secundário e profissional
- Cultura, património e turismo
- Desporto
- Saúde
- Acção Social
- Ambiente e saneamento básico

Linha 2 - Racionalização e Valorização de outros SCTP transversais nos âmbitos da mobilidade, desenvolvimento económico e modernização administrativa

- Transportes
- Desenvolvimento económico
- Operações integradas de qualificação de aglomerados urbanos
- Modernização da administração local

2.3.2. Referenciais Estratégicos Sectoriais para os principais domínios dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade

Por se considerar que as estratégias e intervenções propostas em matéria de SCTP constituem um dos instrumentos importantes de concretização do PTD do Minho-Lima, apresentam-se de seguida os referenciais estratégicos para os principais domínios susceptíveis de articulação com o PTD-ML.

A) Educação

Este é um dos domínios centrais no quadro do desenvolvimento sustentado do Minho -Lima. Trata-se de uma das temáticas em que as disparidades internas são mais marcadas, e onde persistem problemas de saída precoce, abandono e insucesso escolar. Se é verdade que muitos destes problemas se relacionam com a competição entre a escola e o mercado de trabalho, o diagnóstico, com base nas Cartas Escolares dos dez municípios, mostra também que as questões da dotação e da qualidade dos equipamentos e da diversidade da oferta educativa são razões relevantes para a situação.

Os objectivos específicos do Programa para a educação, apontam assim para:

1. Aumentar as taxas de cobertura da rede ao nível pré-escolar, e 1º ciclo do Básico, com racionalização e remodelação das redes de estabelecimento;
2. Diminuir a taxa de abandono escolar do ensino básico (2º e 3º ciclos) e secundário e melhorar a qualificação escolar da população;
3. Modernizar as redes de equipamento do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário Regular;
4. Contribuir para a reorganização e racionalização das ofertas das vias profissional e tecnológica das escolas Profissionais e Secundárias, ajustadas às necessidades e desafios de desenvolvimento da base económico do Minho-Lima;
5. Contribuir para um novo modelo Intermunicipal e reforço das redes municipais e intermunicipais de planeamento, contratualização e gestão dos transportes escolares em articulação com o planeamento da rede de escolar, tendo em consideração as especificidades dos territórios de baixa densidade.

A concretização dos referenciais e metas de Educação para o Minho-Lima, passa, por um lado pela implementação propostas de reordenamento e valorização da rede escolar existentes nas Cartas Educativas, e por outro, pelo ajustamento da oferta formativa e animação dos percursos educativos, responsabilização comunidades educativas, famílias e sociedade civil, com vista a responder cabalmente aos objectivos específicos para a educação pré-escolar e sistemas de ensino (básico, secundário e profissional).

As listas de carências e de projectos apresentados no domínio da Educação incidem essencialmente sobre o reordenamento da rede escolar - entretanto já identificado em sede de elaboração das Cartas Educativas -, ou seja, na construção, ampliação, requalificação e reordenamento dos equipamentos escolares tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população estudantil e a integração regional dos equipamentos e dos meios. Os dois mapas com a rede existente e com as propostas de reordenamento propostas pelas Câmaras Municipais são bem elucidativos da profunda alteração da rede educativa em curso ao nível do pré-escolar e 1º ciclo.

Atendendo ao diagnóstico da região do Minho-Lima no domínio da educação, bem como o enquadramento das principais orientações e programas sectoriais disponíveis, e os objectivos específicos atrás referidos é possível apresentar os seguintes vectores de intervenção para o âmbito de intervenção predominantemente municipal:

- I.1. Reorganização da rede de estabelecimentos do 1º ciclo e pré-escolar e qualificação e investimento nas condições infra-estruturais de suporte à rede;
- I.2. Investimento em acções complementares que permitam prevenir e combater o abandono e insucesso escolar, melhorar os níveis de desempenho escolar e reduzir o grau de absentismo escolar;
- I.3. Ampliação, modernização e melhoramento de escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico;
- I.4. Ampliação da rede de equipamentos desportivos de formação, ligados às escolas do ensino básico e secundário, incluindo a construção de pavilhões gimnodesportivos.

Para o âmbito de intervenção supra-municipal e intermunicipal destacam-se os seguintes vectores:

- II.1. Reforço do Ensino Secundário e sua articulação com Ensino Superior Politécnico nas diversas áreas de aposta sub-regional;
- II.2. Criação de novos serviços e valências através de tecnologias de informação e comunicação (TIC);
- II.3. Reorganização, racionalização e reforço do ensino profissional no Minho-Lima, envolvendo as Escolas Profissionais existentes, o IEPF e a DREN, com coordenação na oferta de cursos e conclusão e apetrechamento previstas nalguns estabelecimentos (pólo em alguns concelhos);
- II.4. Reforço dos Serviços de educação de adultos e idosos;
- II.5. Coordenação e Reforço das redes municipais de transporte escolar a nível intermunicipal, designadamente nos territórios de baixa densidade;
- II.6. Projectos de definição de medidas no âmbito da Acção Sócio Escolar e da componente sócio-educativa que assegurem uma maior equidade no acesso à educação e no combate ao insucesso e abandono escolar.

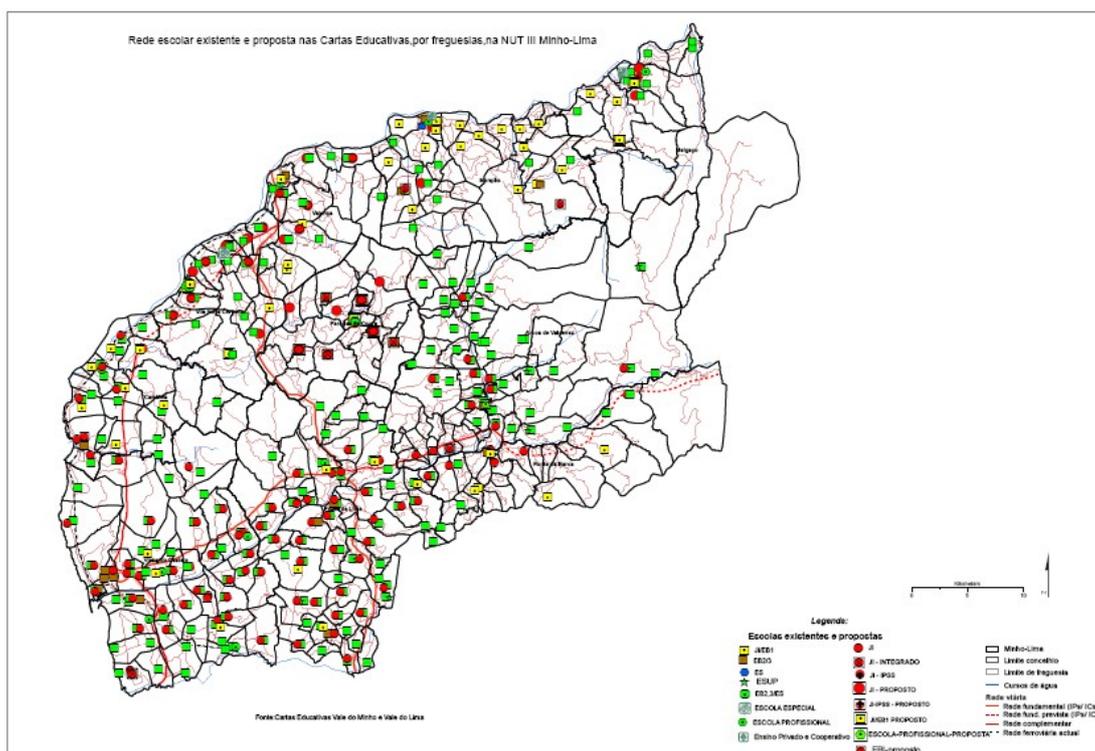


FIGURA 1: REDE ESCOLAR EXISTENTE E PROPOSTA NAS CARTAS EDUCATIVAS, POR FREGUESIAS, NA NUT III MINHO-LIMA

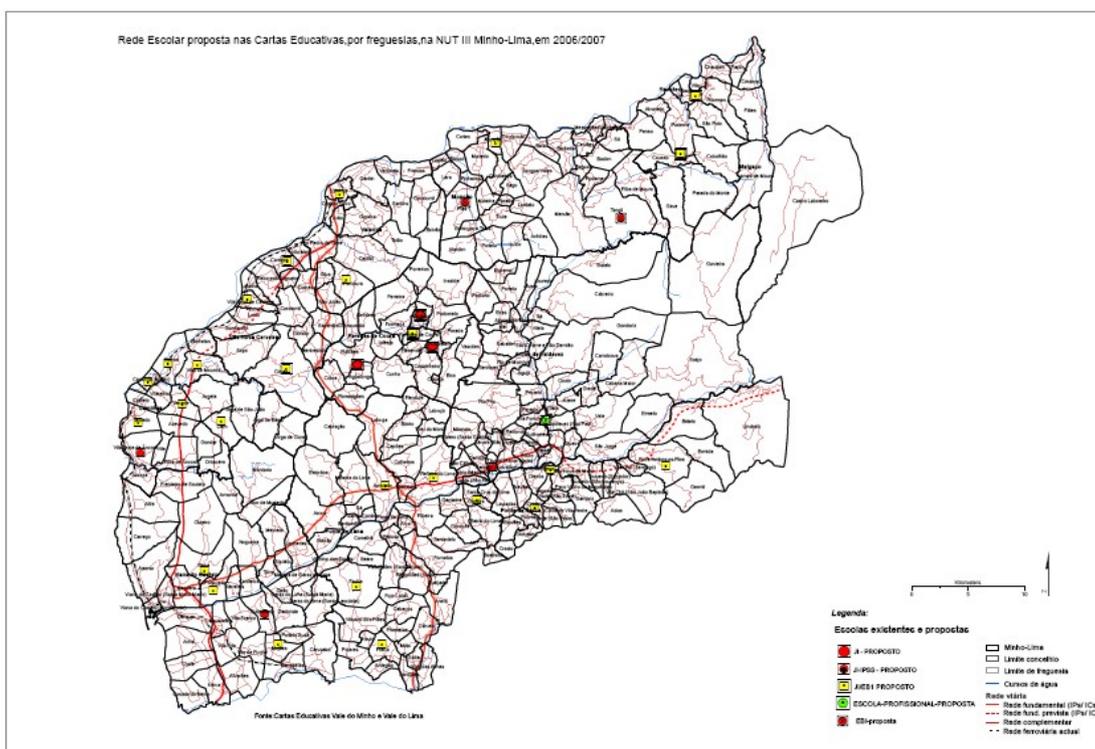


FIGURA 2: REDE ESCOLAR PROPOSTA NAS CARTAS EDUCATIVAS, POR FREGUESIAS, NA NUT III MINHO-LIMA, EM 2006/2007

Por outro lado, de acordo com as projecções efectuadas, estima-se que entre 2001 e 2020 o Minho-Lima, de modo geral, apresente um dinamismo demográfico inferior à média da Região Norte, traduzido sobretudo em decréscimos relativos quer na população total, como na população mais jovem e na população em idade activa, aumentando em contrapartida em termos relativos e absolutos a população idosa (65 e mais anos).

TABELA 3 - Projecção da População do Minho-Lima por grupos etários específicos

		CENÁRIO BASE		CENÁRIO BAIXO		CENÁRIO ELEVADO	
		2010	2020	2010	2020	2010	2020
TOTAL		244.637	234.808	238.611	224.913	246.290	238.948
GRUPOS ETÁRIOS	0 a 4	9.975	9.436	9.377	8.061	10.437	10.502
	5 a 9	11.214	10.156	10.543	8.677	11.734	11.304
	10 a 14	14.535	12.878	13.664	11.003	15.208	14.334
	0-14	35.724	32.470	33.584	27.741	37.378	36.140
	15 a 19	12.031	10.021	11.713	9.564	12.031	10.220
	20 a 24	14.348	13.821	13.968	13.193	14.348	14.097
	15-24	26.379	23.842	25.681	22.757	26.379	24.317
	25-64	131.894	126.829	129.142	123.522	131.893	126.824
	65+	50.640	51.667	50.204	50.893	50.640	51.667

Fonte: INE; Equipa PAISCTP-Minho-Lima

Estima-se que a importância do Minho-Lima enquanto concentração humana na Região do Norte se mantenha praticamente constante, isto é que os residentes no Minho-Lima continuem a representar cerca de 6,5% dos residentes no norte de Portugal Continental.

Prevê-se igualmente que poucas sejam as freguesias que de 2001 para 2020 venham a registar acréscimos populacionais. Tendencialmente esse crescimento continuará a concentrar-se em geral nas freguesias envolventes à generalidade das sedes de concelho, e ao longo dos principais eixos urbanos: EN 13 (Viana do Castelo-Caminha-Valença); nas duas margens da ribeira Lima (entre a ponte de Lanheses e Ponte de Lima); e no eixo urbano Arcos-P.Barca ao longo da EN101. Em contrapartida as freguesias de alguns núcleos de sedes de concelho (ex. Viana do Castelo, Caminha, Monção e Melgaço) assim como praticamente a totalidade das freguesias rurais de baixa densidade verão diminuir a população residente.

FIGURA 3: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIAS, NA NUT III MINHO-LIMA, DE 2001 A 2020

Estes mapas permitem mostrar que não é só nas freguesias rurais e de baixa densidade que, segundo as projecções, se registará uma tendencial diminuição de população residente e envelhecimento demográfico. O mesmo acontecerá em boa parte das freguesias dos núcleos dos centros históricos das sedes de concelho (excepto nas vilas de Paredes de Coura, Ponte da Barca, Valença, Vila Nova de Cerveira e Vila Praia de Ancora). O crescimento demográfico previsto, em geral, concentra-se nas freguesias de tipologia urbana contíguas às freguesias dos centros históricos das sedes de concelho.

As tendências referidas mostram até que ponto é necessário no Minho-Lima actuar simultaneamente em matéria de planeamento da rede escolar na estruturação e reforço funcional dos aglomerados urbanos, e em particular das sedes de concelho, e selectivamente nos pequenos aglomerados que pela sua posição e dimensão tenham condições para apoiar as populações das freguesias de baixa densidade, em conjugação com uma política adequada de mobilidade.

B) CULTURA, PATRIMÓNIO E TURISMO

A orientação estratégica para o sector da cultura, património e turismo no território do Alto Minho deverá ter em conta as Orientações Específicas sectoriais e do Programa Regional das quais ressalta em particular que **a elegibilidade das acções é abrangente relativamente à tipologia mas é simultaneamente restritiva quanto à natureza do projecto no que se refere ao seu grau de integração territorial (municipal ou supra-municipal), à relevância estratégica na área em questão, à complementaridade nas acções (de natureza material e imaterial) e ao grau de inovação na prestação do serviço (ao nível organizativo, e de utilização de TIC, etc.).**

Proposta de Prioridades para a Região no domínio da Cultura, Património e Turismo

De acordo com o enquadramento acima apresentado formulam-se de seguida alguns **princípios de orientação estratégica** para este sector:

- i) Considerar os recursos culturais e artísticos existentes, numa perspectiva de valorização patrimonial e reforço identitário, e activo do desenvolvimento consubstanciado em produtos diferenciadores e competitivos;
- ii) Colocar em relevo a importância do papel da cultura e da formação artística no desenvolvimento das capacidades criativas, críticas, reflexivas dos cidadãos;
- iii) Qualificar os agentes e as organizações culturais com vista à melhoria da prestação dos serviços, ajustando a oferta e as condições de acesso à diversidade de procura – é hoje um imperativo a busca de novas soluções que acrescentem à garantia da universalidade do acesso a adequação às particularidades das procura;
- iv) Privilegiar as redes como factor de optimização (e economia) de recursos e da qualificação das organizações e agentes culturais locais, através da partilha dos recursos, dos saberes e das competências.

Propõe-se um **Referencial Estratégico para este domínio** que aposte num **reforço das políticas culturais no Minho-Lima de forma a produzir efeitos e melhorias na acessibilidade aos bens e serviços culturais e na qualidade de vida das suas populações, de acordo com os seguintes Objectivos Específicos para a Cultura, Património e Turismo na NUTS III Minho-Lima:**

- qualificar as infra-estruturas, as organizações e os recursos humanos;
- investigar, preservar e divulgar o património;
- consolidar dinâmicas culturais e incentivar dinâmicas emergentes;
- valorizar os recursos do território e a sua transformação em produtos, respeitando o princípio da responsabilidade social das políticas e dos projectos traduzida em benefício das populações locais.
- incentivar e consolidar dinâmicas de cooperação supra-municipais e inter-regionais.

A definição destes Objectivos permitiu-nos agrupar os projectos apresentados pelas autarquias em torno de cinco **Eixos de Intervenção:**

- Reforço das redes de equipamentos culturais e de apoio à actividade turística
- Fomento de consumos e práticas culturais e criativas
- Reforço das condições e interpretação e conservação do património cultural
- Qualificação dos agentes e das organizações com vista ao reforço do tecido cultural local

- Valorização dos recursos locais

Declinado do Referencial Estratégico e dos Objectivos Específicos para o sector, foi ainda definido um conjunto de **critérios gerais de hierarquização dos projectos**, apresentado num ponto anterior do presente Plano de Acção de acordo com prioridades de intervenção definidas:

- O âmbito/abrangência geográfica dos projectos (municipal, supramunicipal);
- A qualificação dos recursos existentes (patrimoniais, equipamentos, agentes do sector, etc.);
- A constituição/consolidação de projectos desenvolvidos em redes sectoriais/territoriais, designadamente no que se refere a equipamentos culturais e de apoio turístico e a projectos de programação, divulgação e/ou animação cultural e artística.
- O “estado de evolução” dos projectos, valorizando aqueles que se encontram em estados mais avançados de concretização e, simultaneamente, excluindo os que não se apresentam em condições de serem concretizados num horizonte temporal até 2010.
- Finalmente, tivemos ainda em linha conta a própria priorização conferida pelos municípios proponentes de cada um destes projectos.

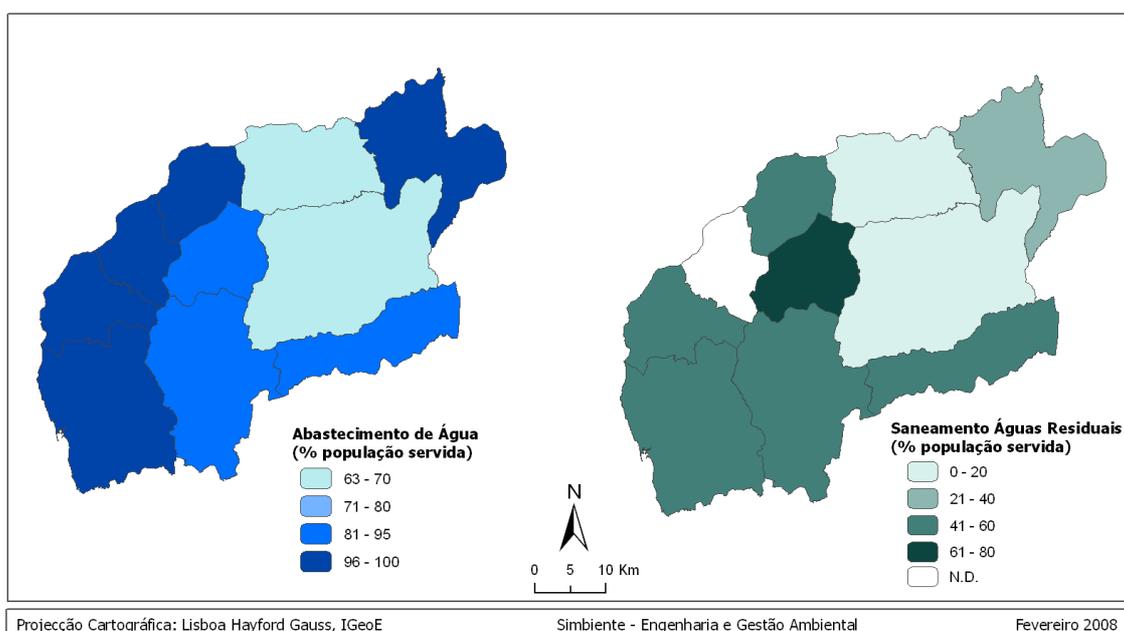
Relativamente à relevância sectorial dos projectos, foi usada uma bateria de critérios de análise que reflectem as prioridades sectoriais, e que se explicitam no quadro seguinte:

Eixos de Intervenção/ Critérios		PRIORIDADES		
		MÁXIMA	MÉDIA	MINIMA
Reforço das condições de interpretação e conservação do património cultural				
	Património classificado ou em vias de classificação, nas categorias de MN ou IIP			
	Património classificado ou em vias de classificação, na categoria de património municipal (PDM)			
	Património não classificado			
Reforço das redes de equipamentos e serviços				
	Projectos que consolidam estruturas/serviços em rede existentes			
	Novos Projectos que consolidam redes associadas a estruturas de âmbito regional			
	Estruturas de programação cultural, de gestão de rotas do património, de redes de equipamentos, de gestão de equipamentos de utilização comum			
	Novos projectos municipais que completem redes de equipamentos municipais			
	Localizados nas sedes de concelho (ou aglomerados de grande dimensão)			
	Bibliotecas – integradas na Rede de Leitura Pública			
	Museus			
	Com acervo de importância / interesse nacional			
Com acervo de interesse local / regional			
	Arquivos – integrados na rede de arquivos municipais			
	Outros equipamentos no âmbito de projectos integrados /projectos urbanos			
	Outros equipamentos polivalentes em municípios que não dispõem ainda de uma rede de equipamentos culturais			
	Outros equipamentos			
	Localizados fora dos principais aglomerados			
	Novos projectos (património, estruturas/ equipamentos) concebidos em rede			
	De âmbito supra municipal /intermunicipal			
	De âmbito municipal /local			
Qualificação do tecido cultural e artístico				
	Projectos que visem a qualificação de competências, a diferentes níveis (científicos, técnicos, humanos, logísticos, etc.)			
	Em estruturas de âmbito supramunicipal / intermunicipal /património classificado MN e IIP			
	Em estruturas municipais que integram redes (territoriais ou sectoriais)			
	Noutras estruturas			
	Projectos que visem a fixação de novos agentes artísticos/criativos			
	Agentes com capacidade de programação supramunicipal			
	Outros agentes			
Fomento de práticas e consumos culturais, artísticos e criativos				
	Projectos que visem a formação de públicos para a cultura			
	Associada à qualificação e consolidação de serviços educativos			
	Projectos associados a eventos ou isolados			
	Projectos imateriais de formação artística (fora do ensino artístico)			

C) AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

Os principais objectivos estabelecidos pelos referenciais estratégicos na temática do Ambiente e Saneamento Básico incidem sobretudo em dotar todo o território de infra-estruturas e serviços ambientais e de saneamento básico capazes de atingir um nível de atendimento e proximidade aceitáveis bem como promover um desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população.

O referencial estratégico PEASAR II (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013) estabelece como meta atingir 95% da população com abastecimento de água e 90% com saneamento de águas residuais. O que se pretende é um reforço dos níveis de atendimento dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à generalidade da população. Na Região Minho-Lima esta é também uma estratégia comum a todos os municípios que apresentam um nível de atendimento ligeiramente abaixo do pretendido (Figura 4).



Fonte: Inquéritos ao sector do Abastecimento de Água e ao sector do Saneamento das Águas Residuais; RASARP2006

FIGURA 4: NÍVEIS DE ATENDIMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA REGIÃO MINHO-LIMA

Complementarmente, surge também a preocupação da qualidade dos serviços prestados. O PEASAR II prevê a necessidade em adoptar medidas estruturantes de modo a promoverem a qualidade da água para consumo humano e do mesmo modo a sustentabilidade dos recursos hídricos. Neste contexto e de acordo com a Lei da Água (Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro) é importante a delimitação dos perímetros de protecção às captações de água para a salvaguarda dos recursos hídricos subterrâneos utilizados.

A temática dos resíduos assume como principal objectivo a optimização da gestão dos resíduos sólidos urbanos, principalmente na vertente da recolha, triagem e tratamento selectivo dos mesmos.

Uma vez atingidas as metas no nível de cobertura da recolha indiferenciada o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II) define como prioridades o reforço dos níveis de atendimento da recolha selectiva de RSU multimateriais e orgânicos e a promoção de operações de triagem e valorização orgânica ou energética. Neste contexto, são notórios os esforços que têm sido feitos em todos os municípios da Região Minho-Lima. Em termos de equipamentos para a deposição selectiva de resíduos a Região Minho-Lima já ultrapassou o rácio de 500 hab.ecoponto estabelecido pelo PERSU II, pelo que agora as prioridades incidem principalmente na optimização dos sistemas de recolha, triagem e tratamento dos mesmos bem como nas acções de sensibilização e educação para a prevenção da produção de resíduos e de boas práticas ambientais.

Para além disso, a Estratégia Nacional para a Redução dos Resíduos Urbanos Biodegradáveis destinados aos Aterros (ENRRUBDA) consiste essencialmente na redução do peso de RUB destinados a aterro, pelo que a taxa (em peso) deverá ser de 50% em 2009 e 35% em 2016.

As taxas de reciclagem a cumprir até 2011 estão regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 162/2000, de 27 de Julho e Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de Maio, e deverão atingir os seguintes valores:

- Taxa de valorização total de RE⁴: >60%
- Reciclagem de RE: 55-80%
- Reciclagem de RE de vidro: >60%
- Reciclagem de RE de papel e cartão: >60%
- Reciclagem de RE de plástico: >22,5%
- Reciclagem de RE de metal: >50%
- Reciclagem de RE de madeira: >15%

Em termos de resíduos industriais, o Plano Estratégico Sectorial de Gestão dos Resíduos Industriais (PESGRI) e Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI) pretende-se acima de tudo criar condições para a redução da deposição de resíduos

⁴ Resíduos de embalagens.

industriais em aterro/fomentar a prevenção, reciclagem e reutilização dos resíduos industriais e de igual modo, desenvolver acções necessárias de licenciamento de aterro para resíduos industriais banais, perigosos e inertes.

Já no que concerne à temática da Conservação e Valorização dos Recursos Naturais e Paisagísticos existem vários referenciais, entre eles a Estratégia nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, o Plano Nacional de Turismo de Natureza, e a Lei da Água (Decreto-Lei nº. 58/2005, de 29 de Dezembro). De entre os objectivos principais destacam-se a prevenção, o combate e a monitorização de riscos naturais e antropogénicos em espaços naturais e a conservação, valorização e promoção ambiental. Para além disso, pretende-se promover acções de recuperação do passivo ambiental em zonas contaminadas ou degradadas.

Nesta temática o Programa Operacional da Região Norte (2007-2013) assume como principais objectivos:

- Gestão da orla costeira e dos recursos marinhos;
- Promoção de iniciativas empresariais associadas ao uso económico do mar (desportos náuticos e náutica de recreio);
- Valorização e gestão integrada de áreas protegidas ou classificadas e da Biodiversidade, envolvendo Sistemas de Incentivos de Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva. *Área classificada apoiada;*
 - Meta 2010: 7%
 - Meta 2015: 25%
- Ordenamento de áreas de exploração de recursos geológicos;
- Projectos de melhoramento dos sistemas agro-florestais;
- Implementação de políticas de protecção de uso do solo pelas actividades produtivas, utilizam sustentável de recursos naturais e protecção da paisagem (erosão, empobrecimento de matéria orgânica, perda de biodiversidade, contaminação e compactação);
- Prevenção de riscos antropogénicos, através da implementação de ferramentas de gestão ambiental (p.e. normas ISO), e formação dos recursos humanos;
- Valorização e gestão de áreas ambientais críticas.

Em qualquer uma das temáticas, os projectos definidos como prioritários visam responder às necessidades do município e da Região, bem como às metas e objectivos estabelecidos. O que pretendem acima de tudo é promover a coesão territorial, reforçar os níveis de atendimento e de qualidade do serviço contribuindo para a qualidade de vida da população e a sustentabilidade regional, tal como é apresentado no Programa Operacional da Região Norte 2007-2013. No seu Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial, tem como objectivo a promoção do desenvolvimento sustentável para que a população possa usufruir de uma melhor qualidade de vida e ter acesso a serviços básicos. Para tal pretende-se a valorização e qualificação ambiental, a gestão activa da Rede natura e da biodiversidade e a qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade.

Uma súmula das metas e objectivos estratégicos do domínio Ambiente e Saneamento Básico podem ser consultados na tabela seguinte:

TABELA 4 - REFERENCIAL ESTRATÉGICO PARA OS SERVIÇOS COLECTIVOS TERRITORIAIS DE PROXIMIDADE NO DOMÍNIO AMBIENTAL.

SCTP	REFERENCIAL	OBJECTIVOS E METAS
Abastecimento de Água	- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II) (2007 - 2013)	- Nível de atendimento da população total: 95% - Nível de atendimento da população servida: 90% - Taxa de perdas de água no sistema: 15% (max.) - Taxa de análises conforme VP: 99% - Recuperação dos custos do serviço: 100% - Taxa de captações de água para consumo humano com perímetros de protecção definidos:
	- Lei da Água (Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro)	- Implementação da Administração de Região Hidrográfica do Norte (ARH-Norte); - Elaboração dos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica e dos Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas. - Delimitação dos perímetros de protecção às captações de água, e zonas de infiltração
	- Programa Operacional da Região Norte (2007-2013)	- Acréscimo da população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados: - Meta 2010: 385000 habitantes / 400 km construídos ou reabilitados - Meta 2015: 550000 habitantes / 600 km construídos ou reabilitados
Saneamento de Águas Residuais	- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II) (2007 - 2013)	- Nível de atendimento da população total: 90% - Nível de atendimento da população servida: 85% - Taxa de população equivalente servida que cumpre termos da licença de descarga: 85% - Taxa de reutilização de águas residuais tratadas: 10% - Taxa de águas pluviais e de infiltração afluentes à rede de drenagem separativa: 20%
	- Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI) (2007 - 2013)	- Adopção de soluções colectivas de tratamento (ou individuais caso se mostrem mais favoráveis); - Potenciação da utilização da capacidade de tratamento dos sistemas supramunicipais ou municipais de saneamento de águas residuais, após pré-tratamento adequado. - Adequado aproveitamento dos subprodutos resultantes do tratamento, através da
	- Programa Operacional da Região Norte (2007-2013)	-Acréscimo da população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados: - Meta 2010: 520000 habitantes / 440 km construídos ou reabilitados - Meta 2015: 1300000 habitantes / 1100 km construídos ou reabilitados

SCTP	REFERENCIAL	OBJECTIVOS E METAS
Gestão de Resíduos	- Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II) (2007-2016) e Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados (PIRSUE)	- Reforço da capacidade de TMB ⁵ e valorização orgânica de RUB; - Reforço dos sistemas de recolha selectiva: - Meta: 500 hab.ecoponto ⁻¹ - Melhoria da eficiência de triagem dos resíduos; - Construção, ampliação e selagem de aterros; - Cancelamento das autorizações temporárias de deposição de RIB em aterros de RSU em 2009; - Estudo de viabilidade da introdução da política tarifária "PAYT" ⁶ ; - Sensibilização e educação para a prevenção da produção de resíduos e boas práticas
	- Estratégia Nacional para a Redução dos Resíduos Urbanos Biodegradáveis destinados aos	- Taxa (em peso) de RUB destinados a aterro (relativamente à quantidade depositada em 1995): 2006: 75% 2009: 50% 2016: 35%
	- Gestão de embalagens e resíduos de embalagens: Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 162/2000, de 27 de Julho e Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de Maio.	A cumprir até 2011: - Taxa de valorização total de RE ⁷ : >60% - Reciclagem de RE: 55-80% - Reciclagem de RE de vidro: >60% - Reciclagem de RE de papel e cartão: >60% - Reciclagem de RE de plástico: >22,5% - Reciclagem de RE de metal: >50% - Reciclagem de RE de madeira: >15%
	- Plano Estratégico Sectorial de Gestão dos Resíduos Industriais (PESGRI) e Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI)	- Criar condições para a redução da deposição de resíduos industriais em aterro / fomentar a prevenção, reciclagem e reutilização dos resíduos industriais; - Desenvolver acções necessárias para o licenciamento de aterro para resíduos industriais banais, perigosos e inertes. - Incentivar a colaboração dos agentes económicos produtores de resíduos industriais no uso dos melhores instrumentos legais de recolha, transporte e tratamento. - Procurar parcerias de actuação mediante articulação com entidades competentes (INR, IGAOT, IA, C.M., SEPNA) em matéria de fiscalização e inspecção das operações de gestão de resíduos industriais. - Incremento das acções de sensibilização e informação da sociedade civil, em particular das
	- Programa Operacional da Região Norte (2007-2013)	- Acções de estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos. - Promoção da eficiência energética, através de investimentos no sistema de abastecimento de gás natural, redes de distribuição de electricidade. - Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projectos piloto apoiados):

SCTP	REFERENCIAL	OBJECTIVOS E METAS
Conservação e Valorização dos Recursos Naturais e Paisagísticos	- Programa Operacional da Região Norte (2007-2013)	- Gestão da orla costeira e dos recursos marinhos. - Promoção de iniciativas empresariais associadas ao uso económico do mar (desportos náuticos e náutica de recreio); - Valorização e gestão integrada de áreas protegidas ou classificadas e da Biodiversidade, envolvendo Sistemas de Incentivos de Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva. <i>Área classificada apoiada:</i> - Meta 2010: 7% - Meta 2015: 25% - Ordenamento de áreas de exploração de recursos geológicos. - Projectos de melhoramento dos sistemas agro-florestais. - Implementação de políticas de protecção de uso do solo pelas actividades produtivas, utilizam sustentável de recursos naturais e protecção da paisagem (erosão, empobrecimento de matéria orgânica, perda de biodiversidade, contaminação e compactação). - Prevenção de riscos antropogénicos, através da implementação de ferramentas de gestão
	- Lei da Água (Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro)	- Elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e dos Planos de Ordenamento dos Estuários. - Conservação e reabilitação da rede hidrográfica e zonas ribeirinhas. - Conservação e reabilitação das zonas húmidas. - Medidas de protecção contra cheias, inundações e secas.
	- Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade	- Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas. - Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social. - Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e zonas de protecção especial integrados no processo de REDE NATURA 2000. - Desenvolver acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como salvaguarda e valorização do património paisagístico.

⁵ Tratamento mecânico e biológico.

⁶ "Pay-as-you-throw".

⁷ Resíduos de embalagens.

⁸ Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos.

⁹ Fontes de Energia Renováveis.

¹⁰ Referente à Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2003, de 28 de Abril.

¹¹ Não existente em 2001. Prevê-se uma meta de 50 MW de potência instalada até 2010.

SCTP	REFERENCIAL	OBJECTIVOS E METAS
	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural	<ul style="list-style-type: none"> - Sustentação das explorações nos territórios mais desfavorecidos. - Sustentação de valores naturais e paisagísticos. - Valorização dos produtos de ambiente que possam ser transaccionáveis. - Orientação dos agentes produtores para a gestão sustentável dos recursos naturais. - Estímulo a comportamentos ambientais com efeitos positivos adicionais. - Correção de problemas de natureza ambiental. - Actuação privilegiada em zonas de associadas a riscos de catástrofes naturais. - Utilização inovadora do património rural e natural.
Referências Transversais a Outros SCTP	- Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Definição e implementação de estratégia de informação e sensibilização do público em geral e sectores prioritários em matéria de Ambiente e Saúde, até final de 2009. - Diagnóstico das necessidades de formação e concepção de acções de formação para aquisição de competências em Ambiente e Saúde em grupos de profissionais, até 2013. - Criação de materiais didácticos de apoio, formação de professores e actualização do <i>curriculum</i> nacional relativas ao Ambiente e Saúde, até 2011.
	- Programa Operacional da Região Norte (2007-2013)	<ul style="list-style-type: none"> - Acções de sensibilização ambiental na área do Ambiente, Conservação e Ordenamento do Território e Energia. - Acções de formação profissional de recursos humanos com vista à prevenção de riscos antropogénicos.

¹² O próprio PSRN 2000 define quais as áreas de habitats com prioridade de acção.

D) DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A identificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade ligados ao domínio do desenvolvimento económico deve ser efectuada tendo em conta o tipo de bens públicos e de externalidades que são relevantes para potenciar a competitividade das empresas num território como o do Minho-Lima, em que essa competitividade e dinâmicas de desenvolvimento são ainda claramente insuficientes.

Em matéria de acolhimento empresarial e de atracção de investimento produtivo constitui um importante factor a qualidade do ambiente institucional e infraestrutural de apoio às empresas instaladas ou que se pretendem localizar numa dada região. Este papel revela-se muito importante num território afectado por processos contraditórios: localização ou previsão de infraestruturas de escala nacional ou internacional Vs um padrão de industrialização ainda desordenado e com carência de algumas áreas de acolhimento básicas; sectores industriais tradicionais em regressão/ recomposição Vs alguns sectores de ponta e com grande potencial; áreas industrializadas e terciarizadas Vs áreas de economia primária, em despovoamento e envelhecimento, fazendo apelo a novas modalidades de provisão de serviços colectivos assentes mais no aproveitamento de sinergias e de complementaridade face, quer, a um novo contexto no domínio das acessibilidades de transportes e de comunicação, quer a um processo de globalização que propícias novas oportunidades para produtos locais de qualidade mas também coloca novas ameaças de competitividade.

De acordo com o PAISCTP este domínio deverá integrar os seguintes **objectivos específicos**:

- Criar as condições para a identificação e construção das principais zonas de acolhimento empresarial ao nível intermunicipal e/ou da NUTS Minho -Lima;
- Criar serviços supra municipais de apoio às empresas;
- Definir modelos de gestão dos Parques de Exposições e a sua promoção em rede;
- Criar Parques Tecnológicos de âmbito supra municipal.

Embora os objectivos específicos deste domínio tenham sobretudo a ver com os Eixos I (competitividade e inovação), II (valorização económica de recursos específicos) e V (capacitação institucional regional) do que com o Eixo III (valorização e qualificação ambiental e territorial) do PO Regional do Norte, interessa numa perspectiva territorializada para o Minho-Lima privilegiar a lógica supra-municipal ou no mínimo inter-municipal, destas

componentes numa perspectiva complementar aos dos serviços territoriais de proximidade. Com efeito, a criação de climas e culturas favoráveis ao empreendedorismo, eficiência organizacional e de competências, que só uma escala adequada em termos de especialização e concentração de actividades permitirá atingir, exigem a disponibilização de gamas de serviços, modelos de gestão e parcerias adequadas, que promovam o reforço da competitividade da base produtiva regional e correspondente fixação e qualificação do emprego (complementaridade dos investimentos necessários). A própria gestão e promoção dos parques empresariais são incompatíveis com a pulverização e voluntarismos das intervenções numa base meramente municipal.

No que respeita à complementaridade de outras intervenções com o domínio do desenvolvimento económico, importa ainda referir a desejável articulação e complementaridade dos investimentos no âmbito das acessibilidades e transportes. Os efeitos dos investimentos de natureza económica a realizar poderão ser potenciados pelos investimentos ao nível da criação e/ou requalificação das infra-estruturas de acessibilidade e transporte.

Atendendo à posição geoestratégica do Minho-Lima face a importantes pólos urbanos e industriais, no enquadramento dos programas de financiamento das intervenções específicas, haverá que atender ao conjunto de orientações estratégicas delineadas nos Programas Operacionais de Cooperação Territorial, sobretudo o da cooperação transfronteiriça (Portugal - Espanha) que embora disponha de verbas reduzidas são consideradas de grande relevância para este território marcado por um significativo atraso em termos de desenvolvimento económico. Procurar-se-á desta forma o recentramento geoestratégico e geoeconómico do Minho-Lima no contexto da euro-região Galiza-Norte de Portugal.

No âmbito das relações transfronteiriças e, nomeadamente, no que respeita à capitalização de oportunidades derivadas de investimentos na Galiza, como é o caso da PLISAN (projecto com potencialidades de agravar o fosso de desenvolvimento entre os dois territórios divididos pelo rio Minho), importa eleger acções capazes potenciar oportunidades daí derivadas que permitem reduzir ou mesmo inverter alguns efeitos negativos esperados. Reconhecendo o Minho-Lima como um território de acolhimento empresarial importa robustecer a sua base económica e explorar sinergias e complementaridades que possam ser geradas com a PLISAN.

Neste contexto, e tendo presente as opções governamentais recentes em termos de concretização da Plataforma Logística Transfronteiriça de Valença, as principais necessidades/

medidas de actuação propostas, no respectivo estudo¹³, e que são também adoptadas nas propostas do PTD, torna-se necessário proceder:

- á sistematização e promoção estruturada da oferta de infra-estruturas e serviços de acolhimento empresarial da sub-região;
- á realização de missões comerciais de promoção das infra-estruturas de acolhimento empresarial junto de potenciais investidores;
- ao estabelecimento/reforço de parcerias entre entidades gestoras de infra-estruturas de acolhimento empresarial e outros organismos;
- à avaliação da necessidade de alargamento da oferta de infra-estruturas de acolhimento e serviços às empresas.

E) TRANSPORTES

Os objectivos específicos que agora se apresentam no âmbito do PTD, retidos para efeitos de estruturação de uma carteira de projectos e acções no domínio dos transportes a realizar até 2013 no território da NUTS 3 Minho-Lima decorre de um conjunto de orientações de política e de planeamento de carácter nacional, regional e sectorial. Desde logo destacam-se o PNPT e os primeiros contributos já divulgados do PROT-n (ainda em elaboração), bem como diversos documentos orientadores no domínio dos transportes que têm vindo a ser lançados pelo Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações (MOPTC) para os diversos meios de transporte. Simultaneamente, foram tidas em consideração as orientações e princípios de acção do “Estudo Integrado da Mobilidade e Sistema de Transportes Públicos de Passageiros na Comunidade Urbana Valimar” (2006 - concluída a fase de caracterização e diagnóstico), bem como do “Projecto-piloto: Plano de Mobilidade e Acessibilidade Transfronteiriço do Alto Minho Português e Baixo Miño Galego”, da responsabilidade da UNIMINHO - Associação do Vale do Minho Transfronteiriço (2007).

Finalmente, concedeu-se especial atenção ao Programas Operacionais com maior relevância no domínio dos transportes (destacando-se o ON.2 e o PO da Valorização Territorial, e ainda o PO da Cooperação Transfronteiriça Portugal -Espanha 2007-2013) e aos Regulamentos Específicos já disponíveis que contemplem acções neste âmbito sectorial, nomeadamente: o Regulamento Específico (RE) para a Mobilidade Territorial, o RE para as Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes e ainda os três RE para os três eixos da Política de

¹³ Estudo de avaliação do impacte no Minho-Lima da Plataforma Logística e Industrial de Vigo

Cidades POLIS XXI (Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano, Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação).

As operações a apoiar no âmbito destes regulamentos enquadram-se, na sua maioria, no Eixo 4 do ON.2 - Qualificação do Sistema Urbano, embora algumas das operações previstas em três destes regulamentos possam ainda aceder a co-financiamentos inscritos nos Eixos Prioritários I, VII e IX do PO da Valorização Territorial (respectivamente, Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes, Infra-estruturas para a Conectividade Territorial e Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional). Algumas das acções propostas que estejam relacionadas com a melhoria dos níveis de acessibilidade/ mobilidade transfronteiriça poderão também ser enquadráveis e co-financiáveis pelo PO da Cooperação Transfronteiriça Portugal - Espanha 2007-2013.

Deste modo, os objectivos específicos a adoptar no domínio sectorial dos transportes devem partir, não só das carências identificadas em sede de diagnóstico, mas também das orientações de política e de planeamento que emanam dos referenciais estratégicos agora enunciados.

Importa referir que, de uma forma global, o contributo da componente dos transportes (de proximidade) para a estratégia global do PAISCTP Minho-Lima deverá assentar na prossecução de uma maior coesão territorial da Região (priorizando investimentos e intervenções nos territórios mais carenciados), não se devendo circunscrever a uma dimensão infraestrutural, mas antes combinando esta componente com o investimento crescente na componente imaterial e organizacional.

Assim, considera-se que a escolha das tipologias pertinentes de projectos e a priorização dos mesmos deverá ser regulada pelos seguintes objectivos específicos:

1. Progressão dos níveis de acessibilidade e segurança intra-regionais, articulando as redes nacional, regional e municipal com os eixos estruturantes

Este objectivo visa a melhoria da conectividade entre as redes nacional, regional e municipal e os eixos estruturantes, de uma forma mais rápida e segura.

A concretização deste objectivo específico passa pela seguinte tipologia de projectos:

- Requalificação/ beneficiação de eixos viários (da rede principal ou secundária) definidos no PROT-n como prioritários a nível regional;

- Construção ou beneficiação de eixos ou troços de estrada com importância supramunicipal que contribuam para a organização de uma malha viária regional estruturada e coesa;
- Intervenções que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária (redução de pontos negros);
- Beneficiação/ requalificação das acessibilidades a infra-estruturas aeroportuárias, logísticas e áreas de concentração empresarial.

2. *Desenrramento dos territórios mais marginais (com défices de acessibilidade significativos), através de uma política selectiva de requalificação e beneficiação da malha viária municipal/ local (de proximidade)*

Este objectivo enquadra todas as intervenções na rede viária de proximidade, possibilitando níveis de acessibilidade equitativos a todas as franjas do território do Minho-Lima. Privilegia-se o princípio da coesão territorial.

A tipologia de projectos a enquadrar neste objectivo são as seguintes:

- Construção, beneficiação ou conservação da rede viária municipal de capilaridade (e de proximidade), que poderá assumir a forma de um “pacote” alargado sub-regional de intervenções englobando as acções propostas pelos municípios que correspondam ao objectivo de integrar territórios mais isolados;
- Intervenções que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária (redução de pontos negros).

3. *Promoção da mobilidade urbana e o descongestionamento dos centros urbanos e suas periferias*

Para consolidar a sustentabilidade, a qualidade de vida e a competitividade dos principais centros urbanos é necessário melhorar a acessibilidade urbana (e nos território envolventes por eles organizados) e progredir na oferta dos serviços de transporte público urbano e interurbano.

Serão considerados projectos das seguintes tipologias:

- Construção de variantes a centros urbanos que contribuam para o reordenamento dos diferentes níveis da rede viária;
 - Promoção da mobilidade sustentável e de modos de transporte alternativos, através da construção de redes de ecopistas, ciclovias, corredores pedonais e da implementação de programas que visem melhorar os níveis de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida;
 - Renovação de material circulante de transporte, com vista à melhoria da eficiência energética das frotas das empresas municipais e serviços municipalizados de transporte de passageiros;
 - Soluções inovadoras de transporte colectivo e micro-logística em meio urbano, como sistemas ferroviários ligeiros e ultra-ligeiros;
 - Intervenções que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária intra-urbana, bem como sistemas de controlo de tráfego rodoviário e de passageiros;
 - Protecção contra o ruído gerado na rede rodoviária em meio urbano e suburbano.
4. *Reforço da intermodalidade entre os diversos meios de transporte (rodoviários, ferroviário e formas ambientalmente mais sustentáveis - corredores cicláveis, vias pedonais, etc...)*

Visando o desenvolvimento sustentável do Minho-Lima e a eficiência do sistema global de transportes nesta região, este objectivo específico advoga a intermodalidade como processo para alcançar esta meta.

Cabem neste objectivo operacional as variadas tipologias de projecto:

- Planos e estudos intermunicipais estratégicos de transporte, designadamente os que fomentem a articulação entre os diferentes modos de transporte, a racionalização do sistema e a minimização dos custos de investimento e exploração;
- Construção/ beneficiação de Centros Coordenadores de Transporte;
- Construção de parques de estacionamento que favoreçam a intermodalidade e a libertação de espaço público para modos de transporte mais sustentáveis ou a acessibilidade aos transportes públicos (por exemplo a criação de corredores “bus”);

- Requalificação/ beneficiação de infra-estruturas de transporte ferroviário que englobem também sistemas inovadores de controlo de frequência, de cumprimento de horários e de material circulante, tornando-o um meio de transporte mais atractivo e competitivo;
- Requalificação da rede secundária de aeródromos.

5. Fomento do transporte transfronteiriço enquanto elemento de coesão e integração territorial

Com o intuito de corrigir gradualmente o carácter periférico dos territórios de fronteira revela-se fundamental uma forte aposta nas infra-estruturas e sistemas de comunicação procurando criar limiares de acessibilidade/ mobilidade que atenuem o afastamento das redes transeuropeias e que fortaleçam as relações de proximidade entre os territórios de raia e a qualidade de vida dos seus habitantes.

Enquadram-se as seguintes tipologias de projecto:

- Construção de pequenas infra-estruturas locais de comunicação;
- Implementação de programas (e/ ou planos) transfronteiriços para a melhoria dos serviços de transporte urbano entre populações do espaço de fronteira.

6. Desenvolvimento de ofertas inovadoras e/ ou mais eficazes de transporte público e escolar em territórios de baixa densidade

Finalmente, com este último objectivo específico pretende-se dotar os territórios com menores níveis de integração na região de acessibilidade às redes de transporte regionais, procurando e desenvolvendo soluções inovadoras e sustentáveis.

A concretização deste objectivo passa por:

- Elaboração de estudos ou planos integrados destinados a melhorar as condições de mobilidade em áreas rurais, articulada com o sistema global de transportes e acessibilidades da região;
- Promoção de soluções inovadoras de transporte colectivo em áreas de baixa densidade, que contemplem, entre outros, estruturas de prestação de serviços de transporte público personalizado, utilização de colectiva de transporte público individual, racionalização da

oferta de transportes públicos em articulação com a rede de transportes escolares, redes cicláveis, (...).

F) MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A especificidade das questões de modernização da Administração Local no âmbito do PAISCTP e PTD do Minho-Lima está em grande medida associada ao seu carácter transversal, uma vez que aquelas devem ser operacionalizadas através do desenvolvimento de formas de provisão de serviços públicos mais eficazes e eficientes. Esta perspectiva não esgota o âmbito da modernização da Administração Local, mas é claramente aquela que, sem prejuízo de outras intervenções mais orientadas para a reorganização interna das Autarquias, goza de maior pertinência no contexto do PAISCTP e PTD-ML.

Neste sentido, a questão da modernização da Administração Local (ao nível municipal) é aqui entendida na perspectiva do aprofundamento e optimização do relacionamento com os Cidadãos (Municípios). Pretende-se assim avaliar, em concreto, a que medida em que as Autarquias da sub-região têm desenhado e implementado modelos de relacionamento institucional de nova geração com os Municípios, com destaque para a aplicação de conceitos de *e-government*, identificando aí necessidades de intervenção e boas práticas susceptíveis de virem a ser consolidadas e disseminadas.

Do ponto de vista da inserção no PO Norte, este tipo de intervenções é acolhido essencialmente no âmbito do Eixo Prioritário V - Governação e Capacitação Institucional, o qual possui como um dos seus objectivos específicos a modernização do governo electrónico e a melhoria da relação dos Cidadãos com a Administração Local, sem prejuízo da referida dimensão transversal que se poderá concretizar em componentes específicas das redes de prestação de serviços nos diversos domínios abrangidos pelo Eixo 3 do Programa.

A modernização da Administração Pública corresponde a um dos principais desafios estratégicos elencados nas Grandes Opções do Plano (GOP's) para o período 2005-2009. No caso particular da Administração Local, as GOP's 2005-2009 preconizam, de entre outros objectivos, os seguintes:

- o reforço dos programas de apoio à formação contínua do pessoal das Autarquias Locais;
- o desenvolvimento de um plano de acesso electrónico à informação local;
- a utilização das potencialidades do *e-government*;
- o desenvolvimento do conceito de balcão único municipal;

- a promoção do associativismo municipal na gestão de informação e desburocratização.

Já no que diz respeito ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007-2013, a modernização e reforma da Administração Pública corresponde a uma prioridade estratégica onde assume particular expressão a melhoria das condições de desempenho das funções de interacção com os cidadãos. O financiamento desta prioridade no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (POR Norte) será efectuado ao abrigo do Eixo Prioritário V – Governança e Capacitação Institucional, visando o objectivo específico de modernização do governo electrónico e melhoria da relação dos cidadãos com a Administração Local, recorrendo para o efeito aos recursos disponibilizados através do Sistema de Incentivos à Modernização Administrativa.

De acordo com a regulamentação já disponível, pretende-se que as acções a desenvolver contribuam para:

- a qualificação do atendimento dos serviços, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas;
- a racionalização dos modelos de organização e gestão e a simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos;
- o desenvolvimento de uma Administração em rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação enquanto infra-estrutura de suporte ao processo de modernização administrativa;
- a promoção de iniciativas integradas de modernização, assegurando a articulação entre pessoas, organização e tecnologia.

Contudo, e para além daquilo que são propostas de base essencialmente municipal, considera-se fundamental reforçar a capacidade de desenvolvimento de iniciativas conjuntas no seio da futura CIM do Minho-Lima, seja em matéria de implementação de novos projectos, seja em termos de partilha de conhecimento/ disseminação de experiências. A pertinência desta abordagem decorre da existência de vantagens evidentes em termos de economias de escala, sem prejuízo de preservar o respeito pelas especificidades de cada Município.

3. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO NA VISÃO ESTRATÉGICA PARA A REGIÃO NORTE INTRODUÇÃO

3.1. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO MINHO-LIMA

Nos documentos anexos a este relatório de candidatura apresenta-se o Relatório Final do Programa de Acção do PAISCT- ML assim como o correspondente relatório anexo com a proposta de intervenção por linhas e domínios, onde se apresentam de forma detalhada os elementos de diagnóstico prospectivo globais e sectoriais para o Minho-Lima.

Porque interessa ter uma perspectiva de síntese territorializada, transcreve-se seguidamente o capítulo 1 (pp. 12-20), referente à caracterização prospectiva e modelo de ocupação do território do Minho-Lima, e que serviu de suporte à formulação da síntese de diagnóstico e à formulação da estratégia do PAICTP-ML, e que serviu de referencial para a definição da estratégia do PTD-ML apresentada no capítulo anterior.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MINHO-LIMA E MODELOS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A NUTS III Minho-Lima tem a particularidade de corresponder aos limites do Distrito de Viana do Castelo, englobando os dez municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Esta NUTS faz fronteira a sul com o território da NUTS III Cávado, sendo as restantes fronteiras com a Galiza (a este e a norte) e com o Oceano Atlântico (a oeste). Grosso modo pode dizer-se que este território é estruturado pelos vales dos rios Minho e Lima.

Fonte: PRN200, EP/ BGRI2001, INE/ Tratamento QP

FIGURA 5: REDE VIÁRIA E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Como se pode constatar pela figura anterior, a paisagem natural assume no Minho-Lima uma importância significativa, desde logo por englobar grande parte do território do Parque Nacional da Peneda-Gerês, mas também por existir uma rede complementar de áreas naturais (quer da Rede de Áreas Protegidas de Interesse Nacional, quer da Rede Natura 2000) que abrangem nove dos dez municípios desta NUTS:

- Paisagem Protegida da Lagoa de Bertandos e São Pedro de Arcos;
- Paisagem Protegida de Corno do Bico;
- Sítio de Importância Comunitária do Rio Minho e Zona de Protecção Especial dos Estuários do Minho e Coura;
- Sítio de Importância Comunitária do Rio Lima;
- Sítio de Importância Comunitária da Serra d'Arga;
- Sítio de Importância Comunitária do Litoral Norte.

Do ponto de vista demográfico o Minho-Lima manifesta alguma estabilidade nos últimos quinze anos com um crescimento de 0,1% entre 1991 e 2001 e uma maior dinâmica nos últimos anos - 0,8% entre 2001 e 2005 - apresentando a essa data uma população de cerca de 250.000 habitantes (com um peso de cerca de 7% no contexto da Região Norte). Se comparados com a Região Norte e mesmo com a vizinha sub-região do Cávado, verifica-se que o Minho-Lima acompanha a tendência de crescimento, mas a um ritmo muito mais desacelerado (ver quadro estatístico de síntese).

Olhando para as especificidades endógenas deste território, percebe-se que se trata de uma área heterogénea, em que o peso funcional e demográfico das áreas mais densamente urbanizadas, em especial o município de Viana do Castelo e o prolongamento deste para Ponte de Lima e Caminha, amiúde disfarça disparidades e a debilidade de alguns indicadores de desenvolvimento social e económico, que penalizam em especial as áreas de menor densidade populacional (na última década, com excepção dos municípios de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo, todos os outros registaram uma regressão demográfica, especialmente acentuada nos municípios mais interiores - Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção e Paredes de Coura, com perdas superiores a 8%).

As figuras seguintes ajudam a clarificar esta ideia.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001/ PRN2000

FIGURA 6: CRESCIMENTO NATURAL NO MINHO-LIMA ENTRE 1991 E 2001 (FREGUESIA)

Fonte: INE, Censo 2001 e Estatísticas Demográficas/ Cálculos QP/ PRN2000

FIGURA 7: CRESCIMENTO NATURAL NO MINHO-LIMA ENTRE 2001 E 2005 (FREGUESIA)

Fonte: INE, Censo 2001/ PRN2000

FIGURA 8: ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO NO MINHO-LIMA EM 2001 (FREGUESIA)

Estas heterogeneidades são de extrema importância para este Programa de Acção, uma vez que é ao nível da racionalização das redes de equipamentos e serviços de proximidade a territórios de alta densidade, mas também a território de menor densidade, que se tem que propor novas soluções, por forma a incrementar a qualidade de vida das populações.

Nas áreas de maior densidade e dispersão de população, urbanização, emprego e actividades económicas, o incremento crescente da dotação e da capacidade dos equipamentos não responde, frequentemente, a situações de congestão e de uma distribuição territorial pouco estruturada. Nas áreas de baixa densidade, em regressão demográfica e social, colocam-se os habituais problemas de falta de limiares de procura associados às dificuldades de mobilidade nas áreas rurais.

No quadro seguinte apresentam-se uma série de indicadores de síntese para o território do Minho-Lima que podem ajudar a completar as principais linhas de diagnóstico.

TABELA 5 - SÍNTESE ESTATÍSTICA PARA O TERRITÓRIO DO MINHO-LIMA

Indicadores Sócio-Económicos	Pais	Norte	Cávado	Minho-Lima	Arcos de Valdevez	Caminha	Melgaço	Monção	Paredes de Coura	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Valença	Viana do Castelo	Vila Nova de Cerveira
<i>Estimativas da População Residente - Total, 2005</i>	10 569 592	3 737 791	407 558	252 272	24 574	16 877	9 693	19 838	9 403	13 053	44 678	14 318	91 053	8 785
<i>TX Variação da população residente, 1991/2001(%)</i>	5,0	6,2	11,3	0,1	-8,2	5,3	-9,3	-8,5	-8,3	-1,8	2,1	-4,2	6,7	-3,2
<i>TX Variação da população residente, 2001/2005(%)</i>	2,1	1,4	3,7	0,8	-0,8	-1,1	-3,0	-0,6	-1,8	1,1	0,8	0,9	2,7	-0,8
<i>Densidade populacional, 2005 (Hab/Km2)</i>	115	176	327	114	55	124	41	94	68	72	140	122	286	81
<i>Índice de envelhecimento, 2005(%)</i>	110,1	90,9	69,0	149,0	245,5	154,0	342,0	248,6	229,4	146,0	104,3	163,9	115,4	163,7
<i>Índice de dependência - Total, 2005(%)</i>	48,5	45,6	44,2	52,7	63,9	50,6	71,1	56,9	59,8	55,8	51,4	54,1	46,8	56,7
<i>Saldo Natural, 2001 a 2005</i>	28 874	38 218	9 524	-3 385	-1 128	- 353	- 521	- 849	- 328	- 257	173	- 346	450	- 226
<i>Saldo Migratório, 2001 a 2005</i>	184 601	12 280	4 971	5 382	941	161	218	731	160	401	162	477	1 972	159
<i>Taxa de Atracção Repulsão, 2001-2005(%)</i>	1,8	0,3	1,3	2,2	3,8	0,9	2,2	3,7	1,7	3,1	0,4	3,4	2,2	1,8
<i>TX Variação das Famílias, 1991/2001(%)</i>	16,0	20,0	26,3	10,2	-1,1	16,0	-2,5	-0,2	2,8	8,2	14,9	6,2	19,4	2,4
<i>Proporção de famílias clássicas unipessoais, 2001(%)</i>	17,30	13,20	10,6	15,80	21,40	16,10	20,50	19,70	20,60	16,50	11,70	17,80	12,90	17,70
<i>Proporção de famílias clássicas unipessoais constituídas por indivíduos com 65 ou mais anos, 2001(%)</i>	50,80	52,50	51,2	61,70	68,70	59	67,20	68,80	70,50	65,80	65,30	60,20	50,20	67,90
<i>Taxa de variação dos Alojamentos, 1991/2001(%)</i>	20,5	25,3	34,0	17,2	5,0	30,8	12,0	9,6	12,9	8,9	15,9	12,6	25,8	20,5
<i>Taxa var. Aloj. Fam.Residência habitual, 1991/2001(%)</i>	16,1	20,8	28,3	10,4	-0,9	17,3	-2,3	-0,4	0,1	8,3	15,0	5,2	20,1	4,7
<i>Taxa de variação dos Desempregados Registrados nos Centros de Emprego*, 2001/2006(%)</i>	39,1	-	42,2	17,0	26,2	-7,1	-18,4	-0,2	0,7	31,5	48,1	21,3	12,6	17,4
<i>Desempregados Registrados nos Centros de Emprego >=1 ano*, Julho 2007(%)</i>	42,0	48,5	47,3	38,3	36,2	41,3	26,2	23,0	40,7	33,7	40,6	34,7	41,0	36,1
<i>Poder de Compra: Indicador per capita, 2005(%)</i>	100	85,45	82,47	70,72	52,49	76,86	57,92	61,60	55,42	53,51	58,40	74,11	87,45	70,23
<i>Índice de desenvolvimento social**, 2004</i>	-	-	0,916	0,903	0,852	0,923	0,891	0,892	0,877	0,887	0,904	0,891	0,922	0,899

* Valores para os concelhos do Continente

Fontes: INE; IEFP; **MCOTA- Min. Educação,DSE-retratos territoriais(continente); Tratamento Estatístico: Quatenaire Portugal

Depois deste diagnóstico sumário da sub-região do Minho-Lima, cabe agora tentar fazer uma leitura de conjunto deste território, nomeadamente do seu modelo de ocupação. Para isso começa-se por fazer uma leitura do Minho-Lima à luz do principal referencial estratégico no domínio do ordenamento do território, o PNPOT, para depois se dar a perspectiva da equipa técnica, utilizando este referencial e os elementos mais marcantes do diagnóstico, quer geral, quer sectorial.

De acordo com o PNPOT o Minho-Lima é um “espaço intermédio entre a Região urbano-metropolitana do noroeste e a Galiza”, onde a “dinâmica demográfica conduzirá, na ausência de movimentos migratórios, a uma diminuição da população em idade activa” (PNPOT, 2006), e que se caracteriza por ser uma região de transição entre as áreas metropolitanas de Porto e Vigo, podendo este “efeito sombra” ser condicionador de um mais profícuo desenvolvimento.

Como se pode ver pela figura seguinte (retirada do PNPOT), referente à estrutura de povoamento do noroeste continental, este território encontra-se no limiar das áreas de maior densidade populacional e na esfera de polarização da AMP. De facto, uma parte significativa da região é definida como “área intermédia” densidade populacional, ficando uma outra zona definida como “área crítica” (correspondendo ao território do Parque Nacional da Peneda-Gerês).

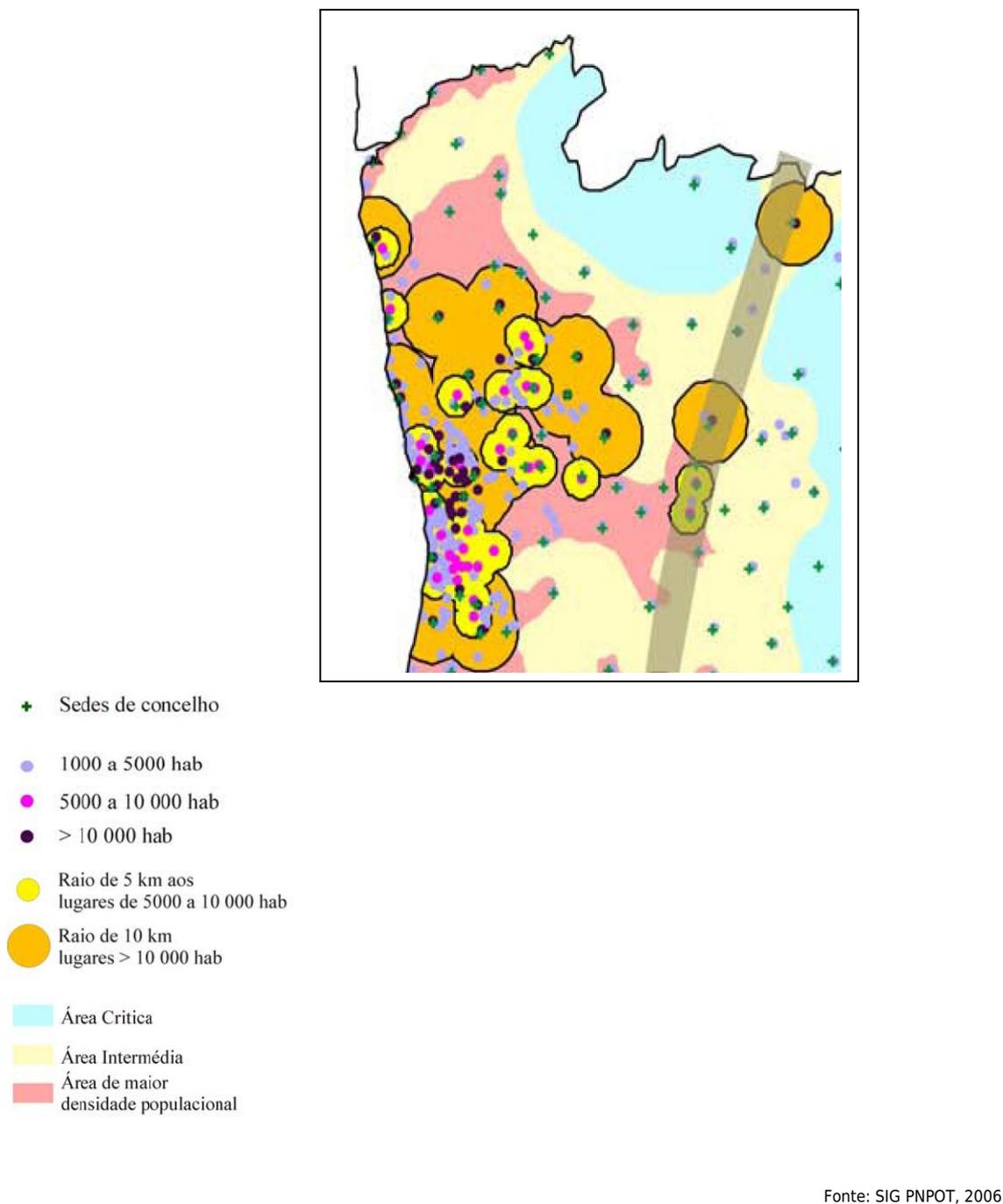


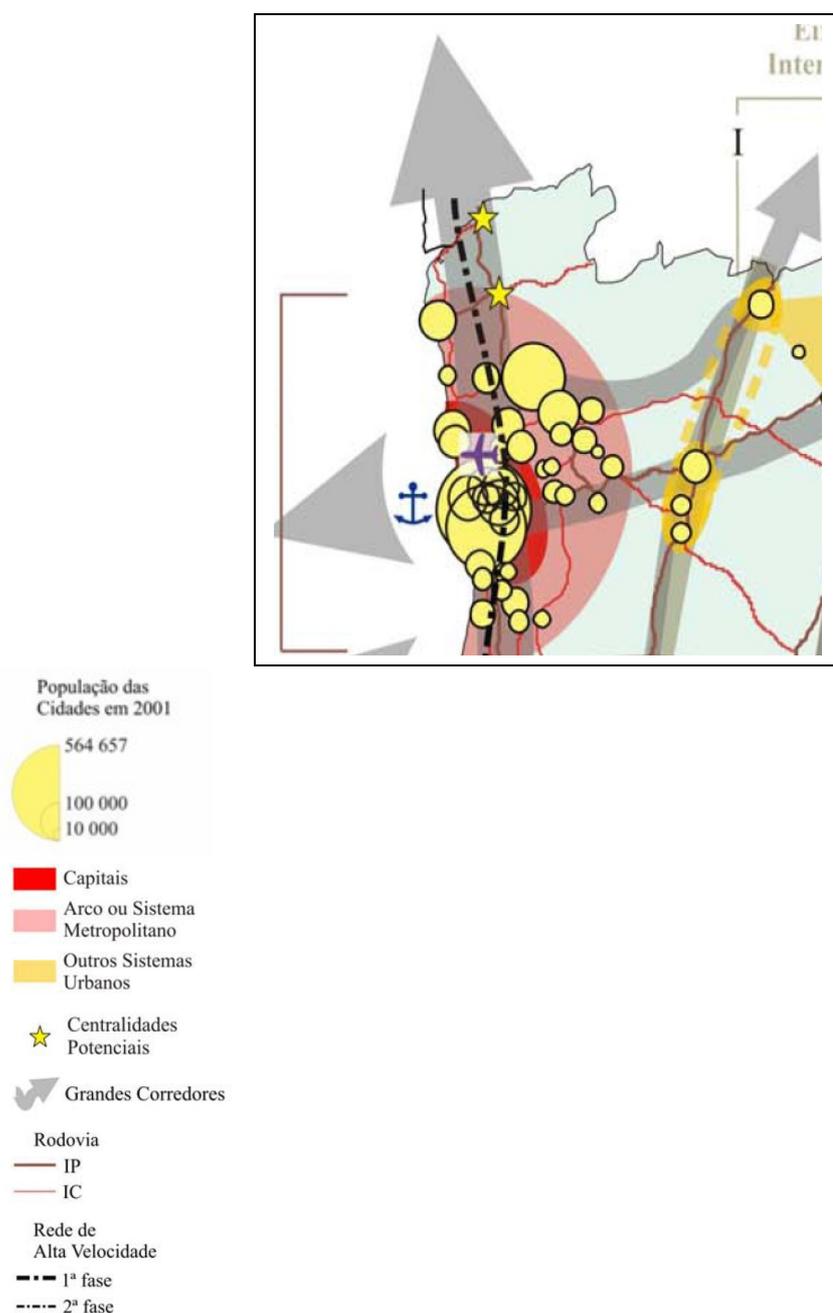
FIGURA 9: POVOAMENTO E EIXOS INTERIORES NO NOROESTE PORTUGUÊS

Contudo, este “efeito sombra” poderá ser debelado se esta região encarar a cooperação transfronteiriça como uma das dimensões fundamentais das estratégias de desenvolvimento territorial. Somente desta forma, o Minho-Lima “poderá recuperar parte do défice actual de dotação de serviços, para o que será fundamental a dinâmica urbana, sobretudo de Viana do Castelo e dos centros de fronteira” (PNPOT, 2006).

Por este motivo o PNPOT aponta como principais opções para o desenvolvimento do Minho-Lima (PNPOT, 2006):

- O reforço do papel de Viana do Castelo (que se insere no “Arco ou Sistema Metropolitano do noroeste”) e a consolidação dos sistemas polinucleares do Vale do Minho até Valença e do Vale do Lima até Ponte de Lima/ Ponte da Barca, explorando o novo quadro de acessibilidade rodoviárias;
- A assunção do carácter estratégico da cooperação transfronteiriça, dando-lhe tradução no modelo de organização do território e nas redes de infra-estruturas e equipamentos;
- O desenvolvimento de acções que explorem a localização privilegiada no eixo Porto - Vigo - La Coruña, em particular de reforço da capacidade de atracção de novas funções para os centros urbanos de fronteira;
- A promoção da consolidação e estabilização das actividades e usos nas áreas de montanha e a sua valorização ambiental e turística, com destaque para o PNPG.

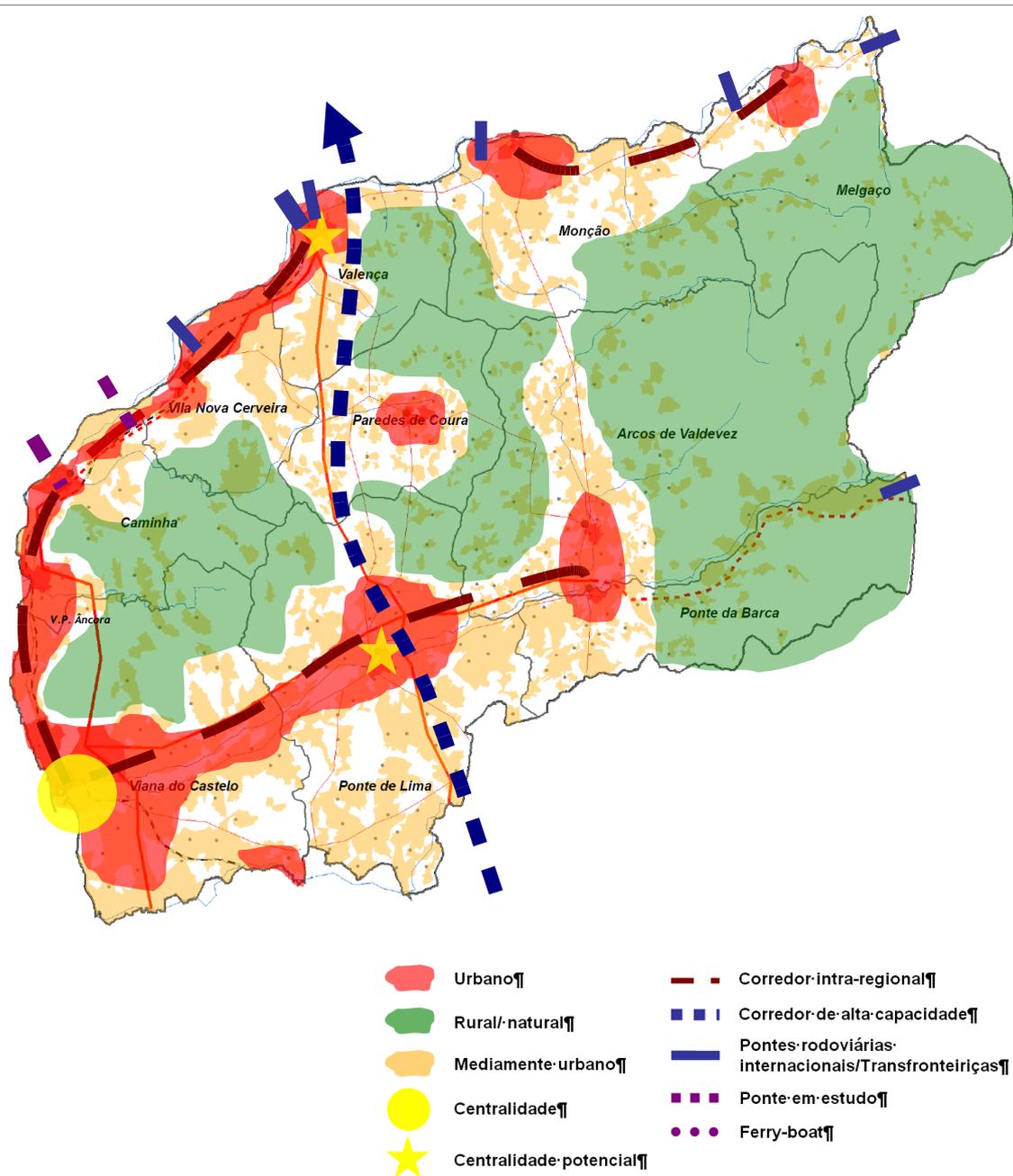
O mapa síntese do sistema urbano e acessibilidades deste referencial estratégico (ver figura seguinte) revela o que agora foi exposto.



Fonte: SIG PNPOT, 2006

FIGURA 10: SISTEMA URBANO E ACESSIBILIDADES NO NOROESTE PORTUGUÊS

A representação esquemática seguinte tenta esboçar uma síntese do modelo de ocupação do território do Minho-Lima, abarcando não só as perspectivas do PNPOT, mas também a percepção da equipa técnica resultante da síntese de diagnóstico elaborada no âmbito deste programa de acção e ainda outros referenciais sectoriais e sub-regionais, nomeadamente do PROT-Norte, 1ª versão de Julho 2007.



Fonte: Tratamento QP

FIGURA 11: MODELOS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NO MINHO-LIMA

Desta síntese podem retirar-se algumas ilações, nomeadamente:

- desde logo se percebe o peso que assumem os espaços rurais/ naturais neste região, com destaque para uma série de áreas naturais de elevado valor patrimonial;

- confirma-se que o sistema urbano do Minho-Lima é polarizado por Viana do Castelo, estendendo-se por dois eixos com alguma densidade de urbanização – Viana do Castelo/ Ponte de Lima e Viana do Castelo/ Caminha/ Vila Nova de Cerveira/ Valença, potenciado pelo anel de acessibilidade rodoviária composto pelo IC1 (A28), IP1 (A3) e IP9 (A27), embora se reconheça que os concelhos do Minho-Lima interior registem uma forte polarização da cidade de Braga dada a sua proximidade;
- algum encravamento do centro urbano de Paredes de Coura, estando ainda algo afastado dos corredores de alta capacidade, que só com a construção do acesso ao nó da auto-estrada, e seu posterior eventual prolongamento na direcção dos Arcos de Valdevez, através da via “diagonal do Minho-Lima”, será ultrapassado;
- a existência de complementaridades/ contiguidades entre os centros urbanos de Arcos de Valdevez/ Ponte da Barca e Monção/ Melgaço;
- a confirmação das centralidades potenciais de Valença e Ponte de Lima definidas no âmbito do PNPOT, se for tida em consideração, não só o actual e principal eixo de ligação rodoviário entre o norte de Portugal e a Galiza, mas também a implantação de uma linha ferroviária mista para passageiros e mercadorias de “velocidade elevada” neste mesmo corredor e com uma nova estação em Valença e uma plataforma logística transfronteiriça adjacente, com possibilidades de articulação com a Plataforma Logística de Salvaterra (PLISAN), actualmente em construção.
- a existência de uma relação de proximidade efectiva do Minho-Lima (principalmente dos centros urbanos e freguesias limítrofes do rio Minho) com todo o território sul da Galiza, fruto da continuada aposta nas travessias rodoviárias transfronteiriças, fazendo deste território um espaço transfronteiriço, progressivamente mais integrado em termos de fluxos de pessoas, bens e serviços, funcionais (emprego, residência, comercial e de lazer) e sócio-culturais, mas profundamente ainda marcado por diferenças existentes entre Portugal e Espanha quer em de níveis de rendimento e de condições de vida como dos quadros institucional, político, administrativo e, e económico dos dois lados.”

3.2. NORTE 2015 – UMA VISÃO E PLANO ESTRATÉGICO DA REGIÃO NORTE

Tal com se depreende da leitura do capítulo anterior o processo de elaboração da estratégia quer para o PAISCTP-ML, como para o presente PTD-ML, teve em consideração e acompanhou de perto o documento “Norte 2015”, que serviu de suporte quer à preparação

do Plano Operacional Regional do Norte (2007-2013), e está a servir de referência ao PROT-N, ainda em elaboração na CCDRN.

A Visão Norte 2015, que enquadra todo o Programa Operacional é sintetizada da seguinte forma:

“A região do Norte será capaz, em 2015, de gerar um nível de produção de bens e serviços transaccionáveis que permita recuperar a trajectória de convergência a nível europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial”.

Partindo desta Visão, foram definidas três Prioridades Estratégicas, tendo em vista assegurar a sua concretização.

- > **Prioridade Estratégica I. Norte I.TEC** — *Promover a intensificação tecnológica da Base Produtiva Regional, quer das indústrias tradicionais, quer por via do aumento considerável do peso de actividades industriais, hoje, ainda, emergentes, quer através do desenvolvimento de uma plataforma de prestação de serviços de elevado valor acrescentado;*
- > **Prioridade Estratégica II. Norte S.CORE** — *Assegurar, sustentadamente, a Competitividade Regional, desenvolvendo os aspectos sistémicos da competitividade, promovendo um ensino de qualidade aos mais diversos níveis e processos de formação contínua e de aprendizagem ao longo da vida e qualificando a Área Metropolitana, e as principais cidades médias que estruturam o sistema urbano regional;*
- > **Prioridade Estratégica III. Norte E.QUALITY** — *Promover a Inclusão Social e Territorial, melhorando a equidade do acesso dos cidadãos aos principais bens e serviços,*

Ponderando e conjugando aquelas Prioridades Estratégicas, as afinidades temáticas e territoriais das diversas tipologias de projectos com enquadramento no PO Regional, as tipologias de potenciais beneficiários e os aspectos associados à envolvente político-administrativa, foram redefinidas as prioridades do PO. Foram estabelecidas as seguintes prioridades:

- I. Competitividade, inovação e conhecimento, enquanto factores que contribuem, de forma decisiva, para o reforço da intensificação tecnológica da base produtiva regional;
- II. Valorização económica de recursos específicos, enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na

valorização económica dos seus recursos próprios e, designadamente, do seu capital simbólico e identitário;

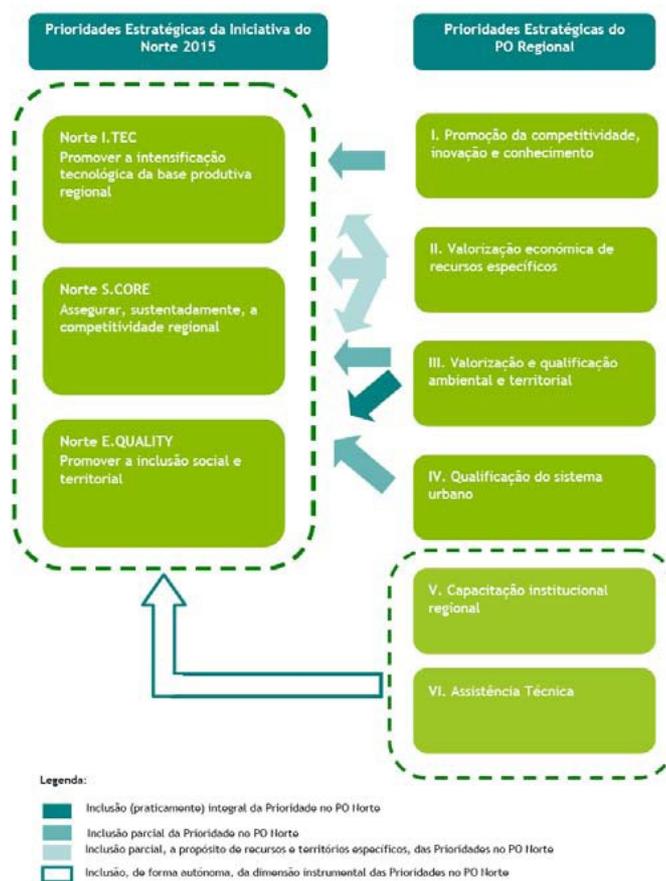
- III. Valorização e qualificação ambiental e territorial, através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspectiva intergeracional e na dupla vertente ambiental e inclusiva;
- IV. Qualificação do sistema urbano, promovendo a qualificação e interconectividade da rede urbana da Região do Norte, enquanto elemento de reforço da própria competitividade regional e, por essa razão, da melhoria da prestação de serviços às empresas e da qualidade de vida dos cidadãos;
- V. Governação e capacitação institucional, contribuindo, de forma predominantemente instrumental, para a modernização do quadro institucional de apoio ao desenvolvimento regional e local.

Estas prioridades estratégicas correspondem aos seis eixos que estruturam o PO:

- > Eixo Prioritário 1 — Competitividade, inovação e conhecimento;
- > Eixo Prioritário 2 — Valorização económica de recursos específicos;
- > Eixo Prioritário 3 — Valorização e qualificação ambiental e territorial;
- > Eixo Prioritário 4 — Qualificação do sistema urbano;
- > Eixo Prioritário 5 — Capacitação institucional regional;
- > Eixo Prioritário 6 — Assistência Técnica.

A cada eixo corresponde um conjunto de domínios de intervenção, sendo que alguns desses domínios e tipologias são susceptíveis de contratualização com os municípios, no âmbito do PTD.

O PO Norte foi construído em articulação com as prioridades estratégicas do Norte 2015, resultando na relação expressa esquematicamente na figura seguinte.



Fonte: Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013

FIGURA 12: EQUIVALÊNCIA ENTRE AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO NORTE 2015 E O NOVO NORTE — ON.2

4. PROPOSTA DE PLANO DE INVESTIMENTOS

4.1. INTRODUÇÃO

A proposta de plano de investimentos (2007-2013) que seguidamente se expõe procura responder aos objectivos de contratualização definidos no Convite PTD/01/2008, para as correspondentes tipologias consideradas, e que percorrem os cinco eixos prioritários do PO Regional do Norte para o período. Para se chegar aqui decorreu um longo trabalho técnico e político, que contou com forte envolvimento dos senhores Presidentes das Câmaras Municipais do Minho-Lima, através da realização de diversos estudos e planos preparatórios, de que se destacam:

- PAISCTP- NUTS III Minho-Lima (2007-2010);
- O Plano Estratégico do Vale do Minho Transfronteiriço (CIVM);
- O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Território da VALIMAR;
- Plano de Intervenção e Planos de Acção para o Vale do Minho e Rio Minho;
- Plano de Intervenção e Planos de Acção para o Litoral Norte e Vale do Lima;
- Programa Vale do Minho Digital;
- Programa Valimar Digital;
- Estudo de Avaliação do Impacte no Minho-Lima da PLISAN (CCDRN);
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N, em elaboração CCDRN, com componente específica para o Minho-Lima).

Todos estes documentos são do conhecimento da CCDRN e por conseguinte, da Autoridade de Gestão do PO Regional do Norte.

Como resulta da Visão proposta para o horizonte 2015, o Minho-Lima pretende ser um espaço de excelência ambiental com uma conjugação sustentável de recursos e actividades de base endógena, e de provisão de serviços de proximidade com qualidade que respondam aos desafios da competitividade e da coesão social e territorial.

Ascendendo a componente FEDER a contratualizar no período 2008-2013 ao valor indicativo de 69.963.053 €, dos quais uma parcela para a requalificação da rede escolar, representa uma contrapartida de recursos próprios de cerca de 30 milhões de €, a disponibilizar essencialmente pelos municípios, o que representará para estes um significativo esforço financeiro, embora exista a possibilidade de estabelecer parcerias (público-público e público-privadas) com empresas concessionárias, empresas de capitais maioritariamente públicos ou mistos, ou outras entidades colectivas públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Como é do conhecimento geral, no convite para a apresentação de propostas a Autoridade de Gestão do PO Regional fixou uma estrutura rígida por eixo prioritário e por tipologia, aplicável em todas as NUTS III, considerando-se fixo o total dos valores a contratualizar na NUT II Norte (677.750.000 €, dos quais 259.575.000 € para educação).

No anexo 1 deste documento é apresentado um mapa financeiro global para o Minho-Lima onde se ventila a subvenção global pelos diferentes eixos e tipologias.

No anexo 2 são listados os centros escolares e os jardins-de-infância, que constam das cartas educativas, e nos quais os municípios pretendem fazer intervenções.

De seguida procede-se a um exercício de sistematização com o intuito de verificar até que ponto as apostas e prioridades estratégicas definidas no âmbito da presente proposta de PTD e do PAISCTP tem tradução na tipologia de projectos estruturada por eixo do PO Regional, tal como se encontram definidas no convite.

Para o efeito prepararam-se duas matrizes nas quais se procedeu à identificação dos graus de complementaridade (fortes, fracos, ou praticamente inexistentes) através do cruzamento entre as tipologias/sub tipologias susceptíveis de contratualização com, respectivamente, os objectivos estratégicos do PTD e os objectivos por domínio subjacentes às duas linhas de acção do Plano de Acção dos serviços de proximidade do Minho-Lima.

Conforme se poderá constatar na primeira matriz, teoricamente, as componentes dos objectivos estratégicos 1 (competitividade, inovação, empreendedorismo e valorização económica dos recursos), 3 (mobilidade, transporte público e acessibilidades) e 4 (governança e capacitação institucional), tal como a educação, são as que apresentam um maior grau de complementaridade e de integração, contribuindo significativamente para esse grau o carácter eminentemente transversal dos objectivos 3 e 4.

A segunda matriz permite confirmar e reforçar a conclusão anterior. As tipologias de projectos e acções a contratualizar incidem de forma relativamente mais intensa nos domínios da segunda linha de acção (acessibilidades e transportes, desenvolvimento

económico e modernização administrativa), embora tenham maleabilidade suficiente para permitir uma interação significativa com os domínios educação, turismo/cultura/ambiente e saneamento, domínios de aposta da estratégia preconizada no PAISCTP.

MATRIZ 1: TIPOLOGIAS A CONTRATUALIZAR VS. OBJECTIVOS DO PTD-ML

Objectivos Estratégicos do PTD	1. Promoção de factores de competitividade, inovação, empreendedorismo e valorização económica dos recursos			2. Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade de Educação e Saneamento básico			3. Progressão mobilidade urbana e transporte público e melhoria das condições acessibilidade e segurança intraregional no M-L		4. Melhoria da governação administração local e da capacitação institucional de desenvolvimento local, sub-regional e transfronteiriço	
	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	4.1	4.2
Objectivos Específicos do PTD										
Tipologias Contratualizar:										
I.1 - Áreas de Localização Empresarial	++	+	+							++
I.2 - Criação e divulgação de conteúdos e serviços on-line	+	++	+						+	
II.1 - Acções integradas de valorização territorial	+		++							++
III.1 - Ciclo urbano da água				++						
III.2 - Resíduos sólidos					++					
III.3 - Requalificação da rede escolar de 1º Ciclo e Pré-escolar						++	+	+		
IV.a.1.- Variantes a centros urbanos e Planos Mobilidade Sustentável							++	+		
IV.a2/b1 - Qualificação do sistema de transportes públicos de passageiros (urbano e rural)	+					+	++	++		
IV.a3 - Eliminação de pontos negros							++	+		
IV.b.2 - Intervenções estruturantes em cais fluviais e vias navegáveis							+			+
IV.b3 - Qualificação dos níveis de serviço da rede de EENN e EEMM	+					+	+	++		
V.a1. - Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da administração pública		+							++	

PROPOSTA DE PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO MINHO-LIMA

V.a.2 - Operações no domínio da administração em rede		+							++	
V.a.3 - Balcões multi-serviços móveis		+		+		+			++	
V.b.1 - Projectos/ iniciativas inovadoras e de elevado efeito demonstrativo de valorização regional e local	+		++							++

Complementaridades: ++ Forte; + Fraca

MATRIZ 2: TIPOLOGIAS A CONTRATUALIZAR VS. DOMÍNIOS - LINHAS DE ACÇÃO DO PAISCTP-ML

Domínios - Linhas de Acção do PAISCTP:	Valorização sócio-cultural, qualificação ambiental e territorial do Minho-Lima						Racionalização e valorização de outros SCTP transversais			
	Ed uc aç ão	Cu ltu ra Pa tri m ón io e Tu ris m o	D e s p o r t o e L a z e r	S a ú d e	A c ç ã o S o c i a l	A m b i e n t e, F l o r e s t a e S a n e a m e n t o b á s i c o	Ac c e s s i b i l i d a d e s e T r a n s p o r t e s	De s e n v o l v i m e n t o E c o n ó m i c o	Q u a l i f i c a ç ã o d o e s p a ç o u r b a n o	Mo d e r n i z a ç ã o d a A d m i n i s t r a ç ã o L o c a l
Objectivos por domínio										
Tipologias Contratualizar PTD:										
I.1- Áreas de Localização Empresarial							+	++		
I.2- Criação e divulgação de conteúdos e serviços on-line	+	+						+		++
II.1- Acções integradas de valorização territorial		++	+			+		++		
III.1- Ciclo urbano da água				+		++				
III.2- Resíduos sólidos						++				
III.3- Requalificação da rede escolar de 1º Ciclo e Pré-escolar	++					+		+		
IV.a.1.- Variantes a centros urbanos e Planos Mobilidade Sustentável						+	++		+	
IV.a2/b1Qualificação do sistema de transportes públicos de passageiros (urbano e rural)	+			+	+	+	++	+	+	
IV.a3- Eliminação de pontos negros							++			
IV.b.2- Intervenções estruturantes em cais fluviais e vias navegáveis		+				+	+			
IV.b3- Qualificação dos níveis de serviço da rede de EENN e EEMM	+	+		+			++			
V.a1.-Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da administração pública								+		++
V.a.2-Operações no domínio da administração em rede	+			+	+			+		++
V.a.3Balcões multi-serviços móveis				+	+					++
V.b.1Projectos/ iniciativas inovadoras e de elevado efeito demonstrativo de valorização regional e local		++				+		++		

Complementaridades: ++ Forte; + Fraca

De salientar ainda que os conteúdos imateriais estão sobretudo representados nos eixos V.a e V.b, e parcialmente no eixo II.1. e I.2, dadas as características específicas das tipologias de operação relacionadas com a governação (modernização administrativa e capacitação e cooperação institucional e transfronteiriço) em torno de domínios que constituem importantes apostas estratégicas (organização e promoção quer da oferta turística/cultural/ambiental, como do acolhimento empresarial, empreendedorismo e atracção de investimento).

Dadas as características específicas das tipologias de operação relacionadas com a governação (modernização administrativa e capacitação e cooperação institucional e transfronteiriço) em torno de domínios que constituem importantes apostas estratégicas (organização e promoção quer da oferta turística/cultural/ambiental, como do acolhimento empresarial, empreendedorismo e atracção de investimento).

Seguidamente procede-se á apresentação sucinta das diversas tipologias de operações/projectos a submeter numa perspectiva de rede ao processo de contratualização, destacando naturalmente pelo seu carácter estruturante os projectos nas áreas consideradas determinantes para o desenvolvimento do Minho-Lima.

4.2. APRESENTAÇÃO SUCINTA POR TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO

a) Operações no âmbito das áreas de localização empresarial (I.1)

Visa-se proceder à Consolidação da Rede de Áreas de Localização Empresarial do Minho-Lima (criação, requalificação e reconversão)

Ao abrigo desta tipologia, pretende-se intervencionar num conjunto de áreas de acolhimento empresarial, tentando, sempre que possível, actuar numa lógica de coesão e complementaridade, com o intuito de potenciar competitividade e a atracção de investimento e de incentivar a inovação e o empreendedorismo.

As acções a promover são de carácter infra-estrutural e visam a criação, expansão e requalificação de diversas áreas de acolhimento empresarial, a saber: Ampliações - Parque Empresarial de Valença; Mogueiras-Tabaço-Arcos de Valdevez; Zona industrial de Formariz-Paredes de Coura. Requalificação Urbanística e Ambiental das Zonas industriais de Cerveira; Intervenções de Construção de Parques Empresariais em Caminha, Melgaço, Monção, Ponte da Barca e Ponte de Lima onde esta oferta é escassa ou mesmo inexistente em que se verifica uma menor densidade industrial e insuficiente diversificação da base económica.

Esta componente integra ainda uma candidatura imaterial de âmbito supra-municipal no âmbito da tipologia V.b, designada "Organização e promoção de acolhimento empresarial, empreendedorismo e atracção de investimento Minho/Lima", que permitirá complementar este tipo de oferta e contribuir para a criação de condições de fixação de emprego.

Dada a relevância deste tipo de projectos, considera-se desejável que o arranque deste tipo de projectos possa iniciar-se já no período 2008-2010, e não apenas entre 2011-2013 consoante consta da proposta de convite da CCDRN.

b) Operações no âmbito da criação e divulgação de conteúdos e serviços on-line (I.2)

Embora se reconheça a importância desta tipologia no sentido de permitir a massificação e a dinamização da Internet em Banda Larga de Alta Velocidade para os cidadãos e empresas em geral, e nos estabelecimentos de educação e outras instituições sociais e culturais, em particular, assim como desenvolvimento de conteúdos temáticos. Considera-se, contudo que existem outras oportunidades face à disponibilização de uma tipologia alternativa no eixo prioritário V, com intenções de projecto em curso no âmbito da sociedade da informação e Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública e da administração em rede (por exemplo, candidaturas ao SAMA), em que se privilegia uma actuação transversal de âmbito supra municipal.

Nesta perspectiva a NUTS Minho-Lima tem condições para propor acordos com outras NUTS III quanto à disponibilização de parte destas verbas, em troca de reforço de verbas noutras tipologias a contratualizar.

c) Operações no âmbito das acções integradas de valorização territorial (II.1)

A promoção e valorização económica dos recursos endógenos do Minho/Lima é uma das pedras de toque da estratégia da subvenção global proposta. Para além de se propor apoiar a requalificação e consolidação da Áreas de Acolhimento Empresarial (equipamentos para a instalação de valências de serviços de incubação tecnológica, de empreendedorismo, serviços de apoio às empresas e serviços de apoio social), aposta-se fortemente numa perspectiva integrada na dinamização e afirmação da vertente turística / cultural / ambiental. Nesta perspectiva propõe-se valorizar os recursos naturais, paisagísticos, culturais e históricos e organizar a sua oferta e promoção, numa perspectiva de desenvolvimento económico, centrado no sector do turismo, termalismo e eco-turismo. A este nível a valorização de importantes recursos ambientais como o Rio Minho - Rio Lima e Litoral, caracterizadores desta região, assim como as diversas Áreas Protegidas, com base num conjunto de projectos já identificados no âmbito de Planos de Intervenção recentemente elaborados.

Pretende-se ainda reforçar os níveis de serviço das infra-estruturas e equipamentos existentes, designadamente, mercados e recintos de feiras e exposições, assim como definir e implementar acções de marketing, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional, e incorporar acções de planeamento, organização, gestão e promoção da oferta de produtos turísticos, associados à marca Minho-Lima, numa perspectiva do desenvolvimento do sector.

Os projectos incluídos nesta tipologia articulam com outro importante projecto imaterial a implementar na tipologia V.b, denominado “Organização e Promoção da oferta turística / cultural / ambiental do Minho-Lima”, cujo âmbito extravasa esta NUT III.

d) Operações no âmbito do ciclo urbano da água e dos resíduos sólidos (III.1 e III.2)

Sobretudo no domínio do ciclo urbano da água, através da implementação de um conjunto de intervenções nas redes de abastecimento de água e de saneamento básico, visa-se melhorar a qualidade de vida das populações e promover a melhoria de um conjunto de parâmetros e indicadores de performance ambiental da NUT III - Minho Lima.

Apesar da articulação, a uma escala supramunicipal, ficar a cargo da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, serão promotores dos diversos sub-projectos os municípios que perfazem a NUT III Minho-Lima. Perspectiva-se que se estabeleçam parcerias com algumas Juntas de Freguesia, com a empresa Águas do Minho e Lima e com outras empresas operantes no Minho-Lima nos domínios da distribuição da água e do saneamento básico.

Os projectos desta tipologia correspondem a um assinalável esforço de investimento municipal e visa complementar as intervenções já levadas a cabo pelos diversos municípios da NUT III - Minho-Lima, algumas das quais, inclusivamente, co-financiadas pela Comissão Europeia ao abrigo dos anteriores QCA. Este projecto articula-se com as diversas intervenções ao nível das redes de distribuição de água e de saneamento básico em alta a cargo da empresa Águas do Minho e Lima, SA.

Simultaneamente, pretende-se proceder à optimização da rede de recolha selectiva multimaterial e de triagem nos municípios do Minho-Lima. Este será feito através da implementação de um conjunto diversificado de acções: pretende-se, por um lado, informar/sensibilizar a população para a importância da recolha selectiva e, assim, aumentar o volume de resíduos urbanos triados - sejam eles orgânicos ou inorgânicos; e, por outro, promover uma melhoria quer do sistema de recolha selectiva propriamente dito quer da gestão dos resíduos sólidos. Estes projectos articulam-se, designadamente, com as diversas intervenções ao nível dos resíduos sólidos levadas a cabo pelas empresas RESULIMA e VALORMINHO.

e) Operações no âmbito da requalificação da rede escolar do 1.º ciclo e pré-escolar (III.3)

A requalificação da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar do Minho - Lima assume um papel fundamental, na melhoria das condições de ensino e aprendizagem dos alunos. Assim sendo, os objectivos deste projecto passam por:

- Reordenar a rede escolar dos concelhos do Minho-Lima, adequando-o ao novo modelo de ensino;
- Obter ganhos de gestão;
- Corporizar o princípio "escola tempo inteiro" e a necessidade do prolongamento dos horários;
- Melhorar as condições sócio-educativas existentes, promovendo a igualdade de oportunidades para as crianças dos concelhos do Minho-Lima;
- Melhorar as condições para o exercício das actividades de enriquecimento curricular, criando condições de excelência, para a sua prática;
- Generalizar e tornar mais acessível, as novas tecnologias e meios audio-visuais.

Estas intervenções irão possibilitar um melhor nível de socialização das crianças, promoção da igualdade de oportunidades no acesso às novas tecnologias, meios audiovisuais e bibliotecas e enriquecimento do projecto educativo, uma vez que, as condições actuais não permitem o desenvolvimento integral das crianças e a motivação dos professores, existindo ainda, uma notória falta de condições sócio-educativas e um baixo nível de socialização.

As acções a desenvolver, para que se consiga efectivamente requalificar a rede escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação pré-escolar do Minho-Lima, passam pela:

- Construção numa primeira fase de Centros Educativos, previstos nas Cartas Educativas Municipais e com parecer favorável do GEPE, nos municípios do Minho-Lima;
- Ampliação e requalificação das EB1 dos municípios do Minho-Lima;
- Ampliação, requalificação e construção de raiz de jardins-de-infância, dotados de salas polivalentes, refeitórios, salas de actividades e espaços exteriores;
- Criação de salas para prolongamento de horários.

Os destinatários desta projecto intervenção estruturante, da rede escolar, do 1.º ciclo e pré-escolar serão todos os municípios do Minho-Lima.

f) Operações no âmbito de acções de variantes a centros urbanos, mobilidade sustentável, transportes públicos e eliminação de pontos negros (IV.a.1/a.2/a.3)

Através da implementação de um conjunto diversificado de acções, são objectivos destes projectos: promover uma mobilidade progressivamente consciente e sustentável, procedendo, para o efeito, a campanhas de sensibilização da população; construção de variantes a centros urbanos e eliminação um conjunto de pontos negros rodoviários; aumentar os índices de segurança e, assim, diminuir os índices de sinistralidade rodoviária.

Apesar da articulação, a uma escala supramunicipal, ficar a cargo da comunidade intermunicipal do Minho-Lima, serão promotores dos diversos sub-projectos alguns dos municípios que perfazem a NUT III Minho-Lima. Perspectiva-se que se estabeleçam parcerias/protocolos de colaboração com algumas entidades (tais como: diversos operadores de transportes públicos de passageiros; IMTT; BRISA; CP; juntas de freguesia).

g) Operações no âmbito da qualificação dos níveis de serviço da rede de estradas nacionais e municipais e rede e sistemas transportes colectivos em meio rural (IV.b.1/b.3/b.4)

Com a intervenção ao nível da rede e sistemas de transporte colectivos, da qualificação dos níveis de serviço da rede de EENN e EEMM, pretende-se que a região do Minho - Lima, tenha uma rede de acessibilidades, que facilite a deslocação e movimentação dos cidadãos, na região, de uma forma confortável, rápida e segura.

Pretende-se, assim, que as contribuam para:

- Optimizar as ligações viárias entre o centro urbano e as áreas rurais, entre as principais infra-estruturas e equipamentos e centros de actividade económica;
- Promover a coesão territorial, qualificando e integrando os espaços regionais;
- Diminuir o tempo de deslocação entre duas ou mais, localidades próximas;
- Promover a segurança rodoviária;
- Melhorar a mobilidade, as acessibilidades, sobretudo das áreas mais periféricas, aos centros urbanos;
- Promover a mobilidade municipal de forma a poder atrair potenciais novos habitantes.

As acções a desenvolver neste âmbito, na região do Minho-Lima, prevêem a:

- Adequação dos pisos às necessidades e tipologias do tráfego;
- Melhoria da mobilidade de circulação de pessoas e de mercadorias;
- Substituição de todo o pavimento em avançado estado de degradação, requalificando estradas municipais e os passeios, de modo a proporcionar uma vivência urbana, com maior facilidade de circulação dos peões, numa região, de grande potencial urbanístico.
- Promoção da redução da velocidade, utilizando, para além da sinalização vertical adequada (indicação da velocidade máxima autorizada, indicação de proximidade de cruzamentos ou entroncamentos, proximidade de escolas e localidades etc.), a utilização de bandas sonoras ou utilização da semaforização, com sistema de detecção e controlo de velocidade;
- Valorização das estradas e respectivas zonas envolventes, contribuindo para o enriquecimento da paisagem e da imagem turística da Região.

Dada a urgência de acudir a situações mais prementes, e o carácter transversal desta tipologia no âmbito da Serviços de Proximidade, designadamente em áreas de baixa densidade, sugere-se a possibilidade de antecipação de uma parte do investimento até 2010, o que não está previsto no cenário de contratualização proposto pela CCDRN.

h) Operações no âmbito da modernização do governo electrónico e da melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local (V.a)

A Modernização Administrativa no Minho-Lima visa, não só, tornar mais eficiente e eficaz todo o processo produtivo, tornando-o mais competitivo, alterando radicalmente as práticas e processos de organização, mas também, e sobretudo, aproximar a Administração Pública local, dos cidadãos e empresas, tornando os serviços públicos mais acessíveis e próximos dos cidadãos e agentes económicos e sociais, fomentando o princípio da subsidiariedade.

Para a prossecução destes objectivos, parece-nos pertinente, a implementação de operações, que contribuam, para a consolidação do processo de modernização da administração local, tão urgente no Minho-Lima, nomeadamente quanto à simplificação e desmaterialização de processos e optimização dos recursos existentes. Aposta-se numa administração pública local em rede, que respeite o princípio da interoperabilidade, entre a Administração Central e a Administração Local, tendo em vista uma melhor prestação de serviços de proximidade e a focalização nas necessidades dos cidadãos.

Pretende-se, assim, uma região totalmente modernizada, mais competitiva e produtiva, indo de encontro aos objectivos traçados pelo Governo, para a modernização da Administração Pública, objectivos esses, que constituem peças fundamentais para colocar Portugal no grupo dos países europeus líderes no cumprimento da Estratégia de Lisboa.

i) Projectos / iniciativas inovadoras de elevado efeito demonstrativo de valorização regional e local em termos de capacitação institucional (V.b)

Nesta tipologia a aposta é feita em torno de dois importantes projectos de organização e promoção, ambos de carácter supra-municipal.: i) em matéria de acolhimento empresarial, empreendedorismo e atracção de investimento e ii) e no que respeita à oferta turística / cultural / ambiental principal vocação do Minho-Lima.

No primeiro projecto pretende-se estruturar a gestão dos parques empresariais numa lógica profissional a partir da qual se torne possível desenvolver um processo de gestão e monitorização mais eficiente, bem como a implementação de iniciativas que contribuam para um maior envolvimento das próprias empresas neste processo, possibilitando a implementação de ofertas “à medida”, decorrentes das necessidades das empresas instaladas/a instalar. Adicionalmente, pretende-se contribuir para a geração de uma maior eficiência empresarial dinâmica que beneficie o tecido produtivo instalado no território e nos seus parques empresariais em particular, através da estruturação de uma oferta de serviços de after-care - incluindo assessoria, formação e investimento em I&D - da geração de economias de proximidade e da detecção de oportunidades de networking relevantes para a densificação e reforço das fileiras produtivas existentes. Pretende-se ainda criar sistemas de informação em tecnologia WEBSIG que permita aos municípios e entidades gestoras de solo empresarial melhorar a sua capacidade de gestão da respectiva oferta de acolhimento empresarial e a actualização da informação da sua responsabilidade. Finalmente, e porque a promoção concertada dos parques empresariais assume uma importância fundamental no processo de atracção de investimento, pretende-se disponibilizar informação sobre a oferta de acolhimento empresarial do território através de plataforma Web, mas também através de meios mais tradicionais, facilitando o processo de tomada de decisão dos potenciais investidores, assim como a divulgação das potencialidades económicas deste território. Este importante projecto articula com os projectos de qualificação da oferta de solo empresarial que integrem o PTD Minho-Lima e vem na sequência de um esforço de investimento realizado nesse sentido pelos Municípios nos últimos anos.

Com a implementação do projecto “Organização e Promoção da oferta turística / cultural / ambiental pretende-se criar um referencial estratégico para os domínios da cultura, do ambiente e do turismo que aposte num reforço das políticas culturais, ambientais e turísticas no Minho-Lima de forma a produzir efeitos e melhorias na acessibilidade aos bens e serviços culturais, na gestão, animação e promoção dos recursos ambientais, na melhoria das condições de atractividade turística da região, na organização da oferta turística, consolidando este território como destino turístico de excelência, de acordo com os seguintes Objectivos:

- Qualificar as infra-estruturas, as organizações e os recursos humanos;

- Investigar, preservar e divulgar o património;
- Consolidar dinâmicas culturais;
- Reforçar as redes de equipamentos culturais existentes na região, nomeadamente Museus e Bibliotecas;
- Fomentar uma orientação estratégica para a prestação de serviços culturais nos territórios de "baixa densidade", no respeito e salvaguarda dos direitos e na ideia de universalidade no acesso a bens culturais;
- Valorizar os recursos do território e a sua transformação em produtos, respeitando o princípio da responsabilidade social das políticas e dos projectos traduzida em benefício das populações locais;
- Valorizar, do ponto de vista turístico, os recursos naturais, patrimoniais e culturais assim como a identidade de cada um dos territórios que compõem a Minho-Lima;
- Criação e consolidação da actividade turística da zona como um complemento à base económica da mesma, gerando receitas, consolidando o destino turístico e criando emprego;
- Incentivar e consolidar dinâmicas de cooperação inter-institucional.

Este projecto é complementar dos projectos propostos no eixo II relativo á "Acção integrada de Promoção e Valorização Económica dos Recursos Endógenos do Minho/Lima".

5. PLANO DE MONITORIZAÇÃO DO PTD-ML

5.1. INTRODUÇÃO

Um plano de monitorização de uma subvenção global constitui um instrumento essencial para permitir obter um quadro de gestão completo de suporte, quer ao exercício da sua estrutura de apoio técnico, como à prestação de informação à Autoridade de Gestão e, facilitar ainda, o exercício de avaliações de carácter estratégico ou operacional.

A utilização dos indicadores de acompanhamento (de realização física e de resultados), assim como de desempenho (financeiros e de implementação do Programa), deverão proporcionar ao sistema de gestão e acompanhamento do PTD, assim como à Autoridade de Gestão do PO Regional, uma informação regular sobre o estado da respectiva execução.

O exercício de monitorização é sobretudo útil quando permite acompanhar de perto as diferentes situações de desempenho, identificando factores de sucesso e constrangimentos relativos quer à dinâmica e interacção dos parceiros, actores e beneficiários envolvidos, como às dificuldades de execução física e/ou financeira dos projectos, com identificação de complementaridades e sinergias que permitam melhorar a qualidade e eficácia da operação global.

Aliás, está previsto que os indicadores de realização e de resultados a atingir pelas operações deverão constar do anexo ao contrato de delegação de competências com subvenção global a estabelecer com a autoridade de gestão.

Para o efeito o PTD-ML deverá dispor de um sistema de informação de suporte à sua estrutura técnica de apoio, que desejavelmente deve estar articulado estreitamente com o Sistema de informação do ON.2, tão cedo quanto possível, quer em termos de arquitectura como de sistema de indicadores.

Contudo, e tendo o Minho-Lima um conjunto de desafios e apostas de desenvolvimento que ultrapassam o âmbito do PTD-ML, e um potencial geo-estratégico e transfronteiriço a valorizar, no quadro das relações Norte de Portugal-Galiza, justifica-se o desenvolvimento de alguns indicadores e análises específicas que permitam também monitorizar essas dinâmicas.

O horizonte temporal de contratualização e a realização de uma avaliação intercalar (2008-2010) que permita ajustar a proposta de contratualização e de programação do investimento entre 2011-2013, e identificar eventuais necessidades de alteração, são um factor de exigência acrescido em matéria de monitorização.

Outro pressuposto importante no âmbito do processo de monitorização é a existência de uma entidade consultiva, com representatividade e qualificação política, económica-social e técnica com funções de acompanhamento da execução do Programa Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima.

Nestes termos, considera-se importante a apresentação de uma proposta de criação de uma Comissão de Acompanhamento da subvenção global.

Naturalmente as atribuições e a composição da Comissão de Acompanhamento da subvenção global deverão ser concertadas e ter a concordância da Autoridade de Gestão do PO Regional.

A Comissão de Acompanhamento da subvenção global poderia ter as seguintes atribuições:

- Examinar e dar parecer sobre os relatórios anuais de execução e relatório final de execução da subvenção global;
- Pronunciar-se sobre os progressos realizados na prossecução dos objectivos estratégicos e específicos definidos para o PTD-ML, em função do estado de concretização dos projectos submetidos ao processo de contratualização, tendo em conta as metas fixadas;
- Analisar os resultados de avaliação estratégicos e operacionais realizados sobre a subvenção global;
- Apresentar à Autoridade de Gestão do ON2 recomendações de eventuais necessidades de revisão da proposta de contratualização, designadamente a preparação da segunda metade do período de programação (2011 e 2013);
- Dar parecer sobre o grau de concretização do Plano de Divulgação e Comunicação da subvenção global.

A composição da Comissão de Acompanhamento, a propor à Autoridade de Gestão do PO Regional, que não deverá ultrapassar o número de 17 pessoas, poderia ser, a título de exemplo, a seguinte:

- Gestor da Subvenção Global por delegação do Gestor do PO Regional ON2, que preside;
- Um elemento ou representante da Comissão de Gestão do ON2;
- Um representante de cada um dos Municípios do Minho-Lima, pertencente à CI do Minho-Lima;
- Um representante de cada um dos serviços centrais desconcentrados relacionados com os domínios respeitantes às tipologias constantes do processo de contratualização, a definir após a assinatura do contrato de contratualização;
- Dois representantes dos parceiros económicos e sociais com representação regional ou sub-regional;
- Dois representantes das instituições da sociedade civil envolvidas na concretização do PTD-ML;

- Um representante do IFDR, autoridade de certificação do FEDER.

5.2. INDICADORES E METAS DE REALIZAÇÃO FÍSICA E RESULTADOS

A preparação dos indicadores e metas de realização física e de resultados proposto para o acompanhamento e avaliação do PTD-ML, teve como ponto de partida o conjunto de indicadores disponibilizados no capítulo 4 do PO Regional para o total da NUT II Norte, que está organizado por eixos prioritários e objectivos específicos, tendo presente as principais tipologias / sub-tipologias de acções de aposta do PTD a contratualizar com metas de referência especificadas para os anos de 2010 e 2015; adicionalmente trabalharam-se o conjunto de indicadores de referência que constam do SIGON.2 nos formulários de candidaturas (indicadores de realização física e de resultados) e ainda a tabela de indicadores comuns (CE) para o FEDER e o Fundo de Coesão, organizados por domínios, e que constam do ponto 6.8 do PO Regional. De salientar que no capítulo da estratégia ao analisarem-se os referenciais sectoriais e os objectivos específicos, são apresentados um conjunto de indicadores de monitorização, sempre que possível aferidos aos anos 2010 ou 2015.

As fichas e lista de operações/projecto do PTD-ML estão preparadas para alimentar os indicadores de acompanhamento por tipologia e objectivo, mas considera-se que só com uma identificação em concreto dos projectos e acções a contratualizar será possível proceder à quantificação precisa dos indicadores de acompanhamento (realização e resultados) e de impacto, e correlaciona-los com indicadores estatísticos de enquadramento sócio-económico e territorial pertinentes.

O sistema de indicadores que servirão para o acompanhamento e avaliação do PTD-ML deverá ser ajustado em função das opções que a própria Autoridade de Gestão venha a fazer nesta matéria, uma vez, que segundo o Manual do SGC do ON.2 (documento de trabalho, versão de 30/06/2008), “o processo de operacionalização para suportar a análise de candidaturas e demais procedimentos de gestão e acompanhamento, ainda se encontra a decorrer”, e que “à data o desenvolvimento dos trabalhos deste sistema de informação não responde às actuais exigências do ON.2”.

Por outro lado, aguarda-se que a oportuna disponibilização do documento metodológico comum a todos os PO financiados pelo FEDER e Fundo de Coesão de recolha e sistematização de informação e cálculo de indicadores, previsto no texto do PO Regional do Norte, a ser elaborado em conjunto pelo Observatório do QREN, IFDR, IP e pelas Autoridades de Gestão, possa contribuir para a melhoria do sistema de informação, designadamente ao nível de NUTS III.

Tipologia a contratualizar	Cód. PTD	Codigo Ind	Indicadores		Metas a Atingir				
			Realização Física		Região Norte		Minho-Lima		
			Resultado		2010	2015	2010	2015	Total
Eixo Prioritário I - Competitividade, Inovação e Conhecimento									
Áreas de Acolhimento Empresarial	I.1	F41	N.º de acções colectivas de desenvolvimento empresarial apoiadas		10	35	1	4	5
		R38	N.º de entidades envolvidas nas acções colectivas apoiadas		20	105	2	12	14
		F48	Área infra-estruturada para acolhimento empresarial incluída em planos integrados (Ha)		200.000	600.000	20.000	68.571	88.571
		R44	% de área ocupada nos espaços infra-estruturados apoiados		30%	60%	30%	60%	
Criação e divulgação de conteúdos e serviços on-line	I.2	F42	N.º de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento		100	300	2	4	6
		R39	% de empresas apoiadas com portal WEB activo e acesso à internet em banda larga		40%	100%	40%	100%	
Eixo Prioritário II - Valorização Económica de Recursos Específicos									
Acções integradas de valorização territorial	II.1	F39	Área de infra-estruturas/equipamentos em operações integradas de acolhimento empresarial (m2)						
		R36	% de área ocupada nos espaços de equipamento apoiados						
		F50	N.º de acções integradas de valorização económica dos recursos endógenos apoiadas		3	10	3	6	9
		R45	N.º de postos de trabalho criados nos projectos apoiados de valorização económica de recursos endógenos		200	700	25	87	112
		F90	N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização de novas tecnologias						
		R80	N.º de empreendedores/empresas abrangidos por projectos de empreendedorismo e utilização de novas tecnologias		nd	nd	nd	nd	nd
Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial									
Ciclo urbano da água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado"	III.1	F55	Km de rede de abastecimento de água intervencionados		400	600	30	45	75
		R51	intervencionados		385.000	550.000	3.300	4.714	8.014
		F56	Km de rede de drenagem de águas residuais intervencionados		440	1100	17	42	58
		R52	Acréscimo da população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados		520.000	1.300.000	4.000	12.000	16.000
		F1	N.º de estudos e projectos técnicos elaborados						
		R81	% de População Servida simultaneamente por sistemas públicos de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais		nd	nd	nd	nd	nd

PROPOSTA DE PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO MINHO-LIMA

Resíduos sólidos	III.2	F52	N.º de acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	3	12	1	1	2
		R47	N.º de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	500.000	1.800.000	28.000	28.000	56.000
Requalificação da rede escolar de 1º Ciclo e Pré-escolar -	III.3	F57	N.º de centros escolares 1º ciclo do EB remodelados/ampliados	112	223	22	11	33
		R53	Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico	22.100	44.200			
Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano								
Variantes a Centros Urbanos	IV a.1.	F91	Km de novas variantes urbanas construídas					
		R63	Redução média do tempo de percurso nos projectos apoiados (minutos)					
Mobilidade Sustentável e Transportes Colectivos	IV.a.2.	F62	N.º de Interfaces de passageiros apoiados	4	15			
		R61	N.º de passageiros por dia nos interfaces apoiados	15.000	50.000			
	IV.a.2/ IV.b.1	F85	N.º de projectos de qualificação nos serviços de transportes Públicos					
		R79	Acréscimo de população servida por intervenções de qualificação de sistemas de transporte públicos					
Intervenções estruturantes em cais fluviais e vias navegáveis	IV.b.2	nd	nd	nd	nd	nd	nd	
Eliminação de pontos negros	IV.a.3	F63	N.º de operações de tratamento de pontos negros rodoviários	22	76	1	5	6
		R62	Redução da sinistralidade em pontos de acumulação de acidentes intervencionados na rede viária	30%	30%	30%	30%	
Qualificação dos níveis de serviço da rede de EENN e EEMM	IV.b.3	F66	Km de rede viária apoiada com qualificação dos níveis de serviço	50	190	6	24	30
		R63	Redução média do tempo de percurso nos projectos apoiados de qualificação rede de EENN e EEMM	10%	10%	10%	10%	
Eixo Prioritário V - Governação e Capacitação Institucional								
Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública	V.a.1	F92	Nº de serviços criados para racionalização dos modelos de organização e gestão da administração pública					
		R82	Nº de entidades apoiadas por serviços de racionalização dos modelos de organização e gestão da administração pública					
Operações de racionalização da Administração em rede	V.a.2	F93	Nº de acções de implementação nas diferentes unidades apoiadas					
		R83	Nº de utilizadores dos novos serviços criados					

PROPOSTA DE PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO MINHO-LIMA

Lojas do Cidadão e Balcões multi-serviços móveis	V.a.3	F67	N.º de lojas do cidadão/centros multi-serviços apoiados	25	61	3	6	9
		R64	População servida pelas lojas de cidadão/centros multi-serviços apoiados	650.00 0	2.400.00 0	34.159	126.12 7	160.28 6
Projectos/ iniciativas inovadoras e de elevado efeito demonstrativo de valorização regional e local	V.b.1	F68	N.º de projectos de promoção da capacitação institucional e cooperação e do desenvolvimento regional e local	90	270	5	8	13
		R65	N.º de instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação e cooperação institucional e do desenvolvimento regional e local	350	1000	20	40	60
		F94	Nº de projectos/acções de organização e promoção da oferta turística/cultural e ambiental					
		R84	Nº de entidades abrangidas na organização e promoção da oferta turística/cultural e ambiental					
		F95	Nº de projectos/acções de organização, promoção do acolhimento empresarial, empreendedorismo e atracção de investimento					
		R85	Nº Entidades abrangidas na organização, promoção do acolhimento empresarial, empreendedorismo e atracção de investimento					

Fonte: adaptado do PO Regional do Norte 2007-2013

TABELA 6 - OUTROS INDICADORES DE RESULTADOS COMPLEMENTARES

OBJECTIVOS ESPECIFICOS PTD	TIPOLOGIA E ÂMBITO	INDICADORES
1.1 e 4.2	V.b1 Reforçar a capacidade de oferta empresarial do Minho-Lima	R87 Saldo de novas empresas criadas líquido de empresas encerradas no Minho_Lima
		R88 Evolução do nº de empresas registadas em áreas estruturadas de acolhimento empresarial
		R89. Evolução da % de empresas com capital estrangeiro no Minho-Lima
		R90. Nº de projectos apoiados em instituições de incubação empresarial do Minho-Lima
1.3 e 4.2	V.b1.Promover novas condições de gestão e institucionalização que estabeleçam um novo modelo de organização da oferta turística/cultural e ambiental	R91- Nº de produtos turísticos novos gerados na sequência dos esforços de organização da oferta
		R92. Nº de dormidas adicionais associados aos novos produtos
		R93 Investimento municipal dirigido a esforços de organização da oferta turística/cultural/ambiental
		R94 % de operadores turísticos locais mobilizados para o PDTIM
		R95. Nº de eventos referenciados na comunicação social representativos da nova linha de acção
		R96. Investimento municipal direccionado para a promoção da modernidade cultural
		R97- Nº de projectos de investigação e desenvolvimento contratualizados em torno da cultura popular; usos, costumes e tradições numa lógica de sustentabilidade e de atractividade
2.1	III.1 Promover condições infraestruturais adequadas à sustentabilidade ambiental da região	R98.- Evolução dos indicadores de atendimento nas diferentes componentes do saneamento básico
2.3 e 3.1	III.3 e IV.a /b Reordenamento Escolar e Transportes	R99 - Evolução do nº de alunos abrangidos por transportes escolares
3.1	IV b - Optimizar acessibilidades	R 100--Evolução do tráfego por troços relevantes da A3, A28, A27/IP28 no Minho-Lima e sua conexão nos nós de ligação às EENN

6. MODELO DE GESTÃO DO PTD-ML

A contratualização com Associações de Municípios correspondentes a unidades territoriais de NUTS III (organismo intermédio), no caso vertente, é um instrumento que ao procurar fomentar uma abordagem integrada e de cooperação das intervenções de desenvolvimento territorial entre os municípios, possibilita a sua participação organizada na gestão técnica, financeira e administrativa, por delegação da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. Essa delegação nos termos do Decreto Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro (Governação do QREN e dos PO), permite às Associações de Municípios que disponham de um Programa Territorial de Desenvolvimento aprovado, o estabelecimento de uma subvenção global, desde que propiciem condições para melhorar a eficácia e gestão e para otimizar a alocação qualitativa e quantitativa de recursos.

A definição **do modo de organização e estrutura de gestão** e implementação do PTD é enquadrada pelos seguintes elementos legais, regulamentares e programáticos:

- O já referido D.L. 312/2007, nomeadamente nos artigos 46^a (competências da autoridade de gestão dos PO regionais), e artigos 60^o a 65^o (execução dos PO e delegação de competências) que, para além das definições e princípios gerais e de execução dos PO e das Operações, determinam a orgânica relacionadas com as actividades de gestão, de aconselhamento estratégico, de acompanhamento e avaliação, de monitorização, de certificação, de auditoria e controlo;
- O Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão, aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN em 04/10/2007, que rege a sua utilização em consonância com as disposições legais nacionais e comunitárias aplicáveis;
- As Orientações para a Contratualização com Subvenção Global estabelecida pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, de 19 de Março de 2008;
- A programação do PO Regional do Norte e disposições de implementação constantes do documento em vigor, e as directrizes técnicas gerais e específicas já explicitadas ou em fase final de concretização, mais concretamente quanto ao tipo de funções a desempenhar pela estrutura de gestão do PTD, tipo de articulação esperada com a EAT do PO Regional, e nível de utilização/e de interface com o sistema de informação SIG ON2.

Para uma melhor clarificação dos contornos da delegação de competências a estabelecer com as Associações de Municípios de NUTS III, através de subvenções globais, falta ainda aprovar e publicar a nova lei sobre o regime jurídico do associativismo municipal, designadamente da figura de Comunidade Intermunicipal de fins múltiplos (CIM) que, com âmbitos e atribuições próprios, poderá coexistir com outras associações de municípios de fins específicos. Estas Comunidades Intermunicipais

ainda a instituir, de acordo com o enquadramento legal previsto, serão dotadas “de capacidades institucionais, técnicas e administrativas necessárias para exercerem as responsabilidades de gestão de subvenções globais de forma eficiente e profissional e as suas qualificações permitem assegurar uma articulação estreita entre o acompanhamento e o controlo da execução material e técnica dos projectos a desenvolver e a avaliação dos seus resultados face aos objectivos das políticas municipais.”

Tendo isto presente, os princípios gerais dos Sistema de Gestão e Controlo (SGC) dos Programas Operacionais estabelecidos pelos Estados Membros, fixados no artigo 58º do Regulamento (CE) N.º1083/2006, de 11 de Julho, estipulam que aqueles “devem prever:

- a) A definição das funções dos organismos intervenientes na gestão e no controlo e a atribuição de funções no interior de cada organismo;
- b) O respeito do princípio da separação de funções entre e no interior desses organismos;
- c) Procedimentos para assegurar a correcção e regularidade das despesas declaradas no âmbito do programa operacional;
- d) Sistemas fiáveis e informatizados de contabilidade, acompanhamento e informação financeira;
- e) Um sistema de informação e acompanhamento, quando o organismo responsável delega a execução das tarefas noutro organismo;
- f) Disposições para a verificação do funcionamento dos sistemas;
- g) Sistemas e procedimentos que garantam uma pista de auditoria correcta;
- h) Procedimentos de informação e acompanhamento relativamente a irregularidades e à recuperação dos montantes indevidamente pagos”.

Feita a referência ao modelo de gestão e controle que será enquadrado no da Autoridade e Gestão do ON.2, e que a futura Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima implementará, em consonância com as competências de gestão e assistência técnica que vierem a ser acordadas no contrato de delegação de competências da Subvenção Global, aborda-se de seguida a questão da estrutura da equipa técnica do PTD do Minho-Lima.

A organização da equipa técnica, assim como a definição de funções, instrumentos e procedimentos de gestão e acompanhamento das operações e projectos previstos deverá respeitar e responder aos elementos legais, regulamentares e programáticos atrás referidos, no sentido de assegurar com eficácia e eficiência, e segundo regras e procedimentos previamente definidos e normalizados o cumprimento das competências e responsabilidades delegadas de gestão e acompanhamento do PTD-ML.

Mais concretamente:

As actividades de gestão e acompanhamento do PTD-ML e a prestação de Informação às entidades competentes (AG ON.2, IFDR, IGF), **deverão cumprir as disposições e procedimentos normalizados**, previamente instituídos e aplicáveis (formulários de candidaturas, calendários e prazos, cumprimento de especificações técnicas, administrativas e financeiras padronizadas).....,

tendo presentes, os regulamentos gerais do FEDER e específicos do PO Regional do Norte e correspondentes **orientações técnicas, designadamente :**

- *As competências efectivamente delegadas pela Autoridade de Gestão do ON.2 na EAT do PTD;*
- *Os regulamentos específicos do ON.2 e das diferentes tipologias/ sub tipologias de investimento;*
- *As orientações técnicas, gerais e específicas do ON.2 e avisos e convites de abertura de concursos à apresentação de candidaturas;*

Uma vez que as normas, instrumentos e procedimentos de funcionamento aplicáveis à gestão e acompanhamento do PTD ainda estão (final da 1ª quinzena de Agosto 2008) em processo de elaboração, e o próprio processo de implementação e normativa do PO Regional do Norte e do seu sistema de gestão ainda não se encontra completamente estabilizado, o exercício que seguidamente se apresenta baseia-se na legislação e documentos do PO Regional em vigor já referidos (capítulo 6. disposições de Implementação PO Regional e do Relatório de Execução de 2007), e ainda em documentos de trabalho disponibilizados pela AG do ON.2 no início da 1ª quinzena de Agosto (Manual do Sistema de Gestão e Controlo, versão de 30/06/2008 e proposta de “minuta de contrato a estabelecer com as Associações de Municípios”).

Embora de acordo com o artigo 46º do DL nº 312/2007, a Autoridade de Gestão do PO Regional disponha de um conjunto amplo de competências em matéria de gestão, acompanhamento e controlo (nomeadamente as previstas no nº 8 e nº 24), nem todas elas poderão ser objecto de delegação nos organismos intermédios (cfr. nºs 5, 9 e 10º do mesmo artigo 46º). O cruzamento da normativa referida com o disposto no do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 (nº 2 do Artigo 59.º e as disposições dos artigos 42.º e 43.º) permitem apontar para o seguinte elenco de competências susceptíveis de ser delegadas na Estrutura de Apoio Técnico do PTD do Minho-Lima:

Competências delegáveis na EAT do PTD do Minho-Lima, DL nº 312/2007, de 17-09
art. 46º, nº1 - <i>em que a autoridade de gestão dos PO regionais é especialmente responsável, através da comissão directiva e do seu presidente:</i>
c) Aprovar as candidaturas a financiamento pelo PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receberem apoio financeiro;
art. 46º, nº2- <i>competências da comissão directiva delegadas no respectivo presidente, sem prejuízo da possibilidade de subdelegação:</i>
a) Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando que as operações são seleccionadas segundo os critérios aplicáveis ao PO;
b) Assegurar o cumprimento das condições de cobertura orçamental das operações;
c) Assegurar a organização dos processos de candidaturas ao financiamento pelo PO;
d) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
e) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;
f) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
g) Verificar a elegibilidade das despesas;
h) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários cumprem as regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
i) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado adequado para todas as transacções relacionadas com a operação;
p) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
r) Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos;

Também em matéria de circuito financeiro e correspondentes atribuições e responsabilidades a desempenhar pela EAT do PTD-ML ainda não se conhece o teor da decisão AG do ON.2 quanto ao fluxograma dos pedidos pagamento e de recebimentos e quanto à eventual articulação da Autoridade Nacional do FEDER (IFDR) com a EAT do PTD-ML, designadamente:

i) quem transfere directamente para o PTD-ML (AG.ON2 ou o IFDR)?

ii) quem faz a emissão da ordem de pagamento ao beneficiário, após verificação das condições de conformidade da despesa (EAT do gestor do ON.2 ou a EAT do PTD-ML?)

iii) se o IFDR também efectuará transferências directas aos beneficiários para pagamento das despesas apresentadas e certificadas?

Só com o esclarecimento cabal do conteúdo das competências a delegar, do correspondente organigrama de articulação e dos fluxogramas e procedimentos a normalizar em matérias como a admissão e análise de candidaturas, de pedidos de pagamento e de sistema de informação, será possível precisar com rigor para os diferentes níveis de gestão e acompanhamento, as tipologias de funções a desempenhar, a orgânica e a descrição dos Recursos Humanos afectos ao PTD.

Como conclusão, o conjunto de funções delegáveis na EAT do PTD-ML, de acordo com o artigo 46º do DL 312/2007, de 17 de Setembro, é bastante amplo, e deverá ser desempenhado em conformidade com os regulamentos gerais e específicos e orientações e disposições constantes no PO Regional do Norte. Nos termos do art.46º, 1.c) a aprovação de candidaturas previstas no PTD-ML no âmbito do processo de contratualização, para além de estarem em conformidade com esse programa, deverão “reunir condições de aceitabilidade e ter mérito adequado a receberem apoio financeiro.”

O convite para apresentação de propostas no âmbito de PTD, prevê ainda a existência de um plano de divulgação, e comunicação, que é apresentado no próximo capítulo, pelo que esta função deve ser acrescida ao conjunto de funções de gestão e acompanhamento, estratégico e operacional, a assegurar pela EAT do PTD-ML.

No ponto seguinte procede-se a uma descrição da tipologia de funções correspondentes às onze alíneas atrás identificadas como susceptíveis de delegação de competência.

Na **dimensão estratégica** da gestão e acompanhamento, e tendo presente as características globais e integradas de um Programa Territorial de Desenvolvimento e a necessidade de articulação interna do Minho-Lima (designadamente da visão e dinâmica interna do conjunto de municípios que irão integrar a CIM-ML) e articulação externa com a Autoridade de Gestão do ON.2, do IFDR e da IGF, deverão ser desempenhadas o seguinte tipo de funções:

- Participação e interacção periódica no acompanhamento estratégico do PO Norte;
- Elaboração de pontos de situação e dos relatórios anuais de execução do PTD;
- Colaboração nas iniciativas de verificação e controlo ao PTD da Autoridade Nacional de Certificação e da Autoridade Nacional de Auditoria e Controlo, respectivamente IFDR e IGF;
- Acompanhamento da execução do PTD através da disponibilização, o mais breve possível, de um sistema de informação de apoio à gestão, articulado com o SIG ON2, com dados de realização física e financeira, de resultados e estatísticos de acompanhamento e de monitorização estratégica.

Na **dimensão operacional**, e tendo presente as fases de operação correspondentes quer aos processos de candidatura como à análise e acompanhamento técnico, administrativo e financeiro dos projectos aprovados, as funções a executar serão do seguinte tipo, de acordo com as exigências e procedimentos em vigor:

No que concerne aos processos de candidatura:

- Apoio ao promotor para a elaboração de candidaturas;
- Análise do processo de candidatura quanto ao grau de instrução e de preenchimento das condições de acesso e análise técnica da candidatura (aceitabilidade e mérito) de acordo com os critérios existentes;
- Organização dos processos de candidatura, preferencialmente por processos electrónicos digitais eficazes e eficientes;
- Acompanhamento do processo de candidatura apoiado pelo Sistema de Informação de apoio à gestão do PTD;
- Elaboração do Formulário de Avaliação Técnica a apresentar ao gestor do PTD para apreciação e posterior envio à Autoridade de Gestão do PO para apreciação final.

No que se refere aos processos de projectos aprovados:

- Preparação do contrato de financiamento do projecto aprovado;
- Verificação administrativa, de realização física e execução financeira dos projectos, e do cumprimento dos normativos contabilísticos e financeiros;
- Verificação da elegibilidade das despesas apresentadas e gestão dos processos de pagamento (validação da despesa e dos documentos comprovativos e envio do processo para verificação final da EAT ON.2, visando a emissão do pedido de pagamento ao beneficiário para o IFDR, acompanhamento dos processos de pagamento do beneficiário por transferência directa do IFDR);
- Acompanhamento e análise técnica dos relatórios de execução dos projectos, com quantificação dos indicadores de realização física e de resultado;
- Acompanhamento da execução do projecto apoiado pelo Sistema de Informação de apoio à gestão do PTD.

Considerando por um lado os recursos financeiros associados à assistência técnica da CIM-ML, que para uma dotação FEDER de cerca de 70 milhões de Euros de subvenção global a contratar se estima em 850 mil Euros¹⁴ - e que deverá incluir a componente Plano de Divulgação e Comunicação - e por outro lado, a exigência em desempenhar com qualidade e eficácia as funções delegáveis atrás

¹⁴ Calculada de acordo com o critério definido na deliberação aprovada em 19/3/2008 pela CMCPOR, ponto 6, pp. 7-8; este valor é manifestamente insuficiente para suportar uma equipa técnica com a dimensão e responsabilidade requeridas, se atendermos que "as verbas de assistência técnica dos PO Regionais representam entre 3% e 3,25% das respectivas dotações FEDER globais.

referidas, a EAT do PTD do Minho-Lima deverá contar com um mínimo de seis elementos, e um máximo de sete elementos, de acordo com a seguinte estrutura de recursos humanos:

Um Gestor do PTD ML, acumulando também as funções de coordenador estratégico e operacional, com qualificação de técnico superior e experiência em gestão e planeamento estratégico, com um mínimo de cinco anos, com as seguintes funções:

- Gestão e acompanhamento estratégico do PTD e articulação com as Autoridades Nacionais do PO Regional, do FEDER e com a IGF em termos de preparação das acções de auditoria e controlo do SGC;
- Preparação e elaboração das candidaturas do PTD à Assistência Técnica do PO Norte;
- Eventual elaboração de pedidos de pagamento ao IFDR e gestão das transferências do IFDR para os beneficiários, caso tal venha a ser previsto no contrato com a AG do PO;
- Apresentação de pontos de situação do PTD com base na análise e sistematização de informação financeira e física da execução;
- Coordenar e acompanhar a EAT do PTD-ML e assegurar a articulação com a EAT do PO Norte;
- Utilização do SI do PTD.

Dois Técnicos de apoio administrativo e contabilístico - um deles técnico superior da área de Contabilidade e Gestão, e experiência de preparação de relatórios de execução financeira e de pedidos de pagamento; um técnico administrativo de apoio geral, com prática de atendimento ao público.

Dois Técnicos superiores para apoio ao promotor na elaboração de candidaturas, análise de candidaturas e acompanhamento da execução de projectos, com experiência em gestão e acompanhamento operacional, e conhecimentos dos instrumentos e regulamentos específicos do PO Regional, com as seguintes funções específicas:

- Apoio ao promotor para a elaboração de candidaturas e sua correcta instrução, inclusive definição dos indicadores de acompanhamento, e informação complementar;
- Análise do grau de instrução do processo de candidatura e do nível de preenchimento das condições de acesso e análise técnica da candidatura (aceitabilidade e mérito da candidatura segundo critérios fixados);
- Elaboração do Formulário de Apreciação Técnica;
- Elaboração de contratos de financiamento dos projectos aprovados;
- Acompanhamento técnico da execução dos projectos e organização dos processos (dossiers informativos por projecto);
- Utilização do SI do PTD.

Um Técnico superior com experiência em gestão e acompanhamento financeiro de projectos, para análise da elegibilidade das despesas e gestão dos pedidos de pagamento dos projectos, que articulará com os técnicos superiores anteriores, com as seguintes funções específicas:

- Verificação da elegibilidade das despesas apresentadas pelos promotores e gestão dos processos de pagamento;
- Verificação diária da execução financeira dos projectos com verificação administrativa interna dos processos de pagamento, e verificação contabilística e financeira externa, no local de realização do projecto;
- Utilização do SI do PTD.

Um Técnico superior, ou eventualmente subcontratação de serviço especializado externamente, para execução de acções de Divulgação e Comunicação no âmbito do PTD ao longo do seu período de vigência e da institucionalização da futura CIM-ML (arranque; implementação e avaliação intercalar e final).

Embora os elementos atrás explicitados sejam suficientes para permitir desenhar os fluxogramas relativos quer à tramitação dos processos de admissão e análise de candidaturas, dos processos de gestão e acompanhamento dos projectos e de pedidos de pagamento no âmbito do PTD, quer às competências e responsabilidades específicas da estrutura técnica considera-se tal desnecessária, uma vez que ainda existem inúmeras decisões e informações sobre esta matéria a tomar por parte da Autoridade de Gestão do PO Regional. Esses circuitos e funções a desempenhar estão claramente expressos na descrição infra, bem como da Estrutura de Apoio Técnico do PTD, com os níveis de segregação exigíveis para a selecção das operações e a respectiva verificação física e administrativa. De referir ainda que no modelo de gestão proposto exclui-se propositadamente a função de verificação e controlo interno do cumprimento da execução física e do grau de cumprimento dos normativos contabilísticos e financeiros, por se considerar que será mais eficaz e eficiente, e mais independente o exercício dessa função por elementos da estrutura de controlo interno do PO Regional. De qualquer forma os fluxogramas a desenhar, serão análogos aos que se encontram definidos no “Manual do Sistema de Gestão e Controlo do ON.2 (versão de 30/6/2008, pp. 30, 37 e 64)

7. PLANO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PTD-ML

A regulamentação comunitária para o período de programação 2007-2013 renova e reforça o papel e a importância dos mecanismos de informação e de publicidade na política europeia de coesão.

O financiamento comunitário das medidas e instrumentos de política pública de âmbito nacional que visam o desenvolvimento económico e social, a criação de emprego e a coesão territorial no seio da União Europeia deverá ser relevado e conhecido pela população em geral.

Assim, e dando cumprimento ao disposto nos Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de Julho e Regulamento (CE) n.º 1828/2006 de 8 de Dezembro, foi elaborado um Plano de Comunicação para o Programa Territorial de Desenvolvimento da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, onde está definida a estratégia da comunicação e se encontram programadas e estruturadas as acções de informação e publicidade a desenvolver.

Por outro lado, o desafio da contratualização com as associações de municípios, baseadas nas unidades geográficas de NUT III, no âmbito dos Programas Operacionais, e o inerente processo de mudança organizacional, obriga a Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima a tomar medidas importantes no que diz respeito à sua identidade visual. Neste cenário, a criação de uma imagem de marca da nova Comunidade, que seja factor de identidade e de coesão regional, capaz de projectar de forma clara e consistente, reveste-se de primordial importância, razão pela qual não poderia deixar de estar incluída no presente Plano de Comunicação.

Em termos de objectivos, são objectivos do presente plano de divulgação e comunicação os seguintes:

- Promover uma ampla divulgação e conhecimento das acções que integram o PTD a nível regional, nacional e internacional;
- Conferir uma imagem de distinção e notoriedade ao espaço territorial do Minho-Lima, assente numa estratégia de cooperação em vários domínios, em particular, e no que diz respeito ao PDT, em matéria de Competitividade, Inovação e Conhecimento; Valorização Económica de Recursos Específicos; Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial; Qualificação do Sistema Urbano e Governança e Capacitação Institucional.

Relativamente à Estratégia de Comunicação, esta será a seguinte:

- Criação de uma imagem de marca da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, forte e apelativa, que agregue valores de modernidade, confiança, qualidade e equidade e coesão regional, sem perder o vínculo com a identidade construída nos últimos anos de actividade das anteriores comunidades (Comunidade Urbana Valimar e Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho);

- Realização de acções de divulgação/comunicação, de forma a fomentar uma presença contínua nos media de referência e a atrair a atenção do público-alvo;
- Associação do PTD do Minho-Lima a instituições e/ou empresas de prestígio e notoriedade;
- Estabelecer uma relação favorável e contínua com jornalistas de diversas áreas, com vista à promoção de entrevistas, reportagens e outras matérias jornalísticas sobre as intervenções previstas no PTD do Minho-Lima.

Serão destinatários do plano de divulgação e comunicação do PTD-ML:

- Potenciais utilizadores das facilidades do(s) projecto(s) do PTD da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, incluindo-se empresas, instituições, residentes e visitantes da região do Minho-Lima;
- Beneficiários dos projectos do PTD;
- População em geral, incluindo residentes, visitantes e turistas.

Quanto às acções e Instrumentos de Comunicação, estes serão os seguintes:

- Desenvolvimento de um projecto de criação da marca institucional (logomarca) da Comunidade e de um manual de identidade visual, com as recomendações, especificações e normas essenciais para a utilização da marca nos diferentes suportes de comunicação, com o objectivo de preservar as suas propriedades visuais e facilitar a sua correcta propagação, percepção, identificação e memorização;
- Criação de material de economato geral (papel timbrado, envelopes, cartões de visita, etc.) da Comunidade Intermunicipal;
- Criação e colocação on-line de um website da Comunidade Intermunicipal que divulgue desde o início da sua implementação do PTD - Minho-Lima;
- Realização de dois Seminários de Divulgação que terão como objectivo reunir um conjunto de entidades a quem serão apresentados, no primeiro, os objectivos e projectos do PTD e no segundo os resultados obtidos, constituindo um espaço privilegiado de debate entre as diferentes instituições que desenvolvem, apoiam e dinamizam actividades no território, promovendo uma melhor compreensão da dinâmica de desenvolvimento definida para o Minho-Lima.
- Envio de press releases sempre que o tema ou acção no âmbito do PTD do Minho-Lima tenha interesse mediático;
- Colocação de anúncios publicitários em jornais de âmbito nacional, regional e local;
- Concepção de manerias de divulgação do PTD do Minho-Lima, no geral, e dos diversos projectos que o integram, em particular, nomeadamente brochuras, flyers, publicidade exterior.

- Utilização das novas tecnologias de comunicação e informação, designadamente as proporcionadas pela Internet, como por ex. os sítios web dos Municípios, para divulgação das intervenções de desenvolvimento territorial.

As acções de informação e publicidade previstas neste Plano serão implementadas da seguinte forma:

- Criação da logomarca da Comunidade Intermunicipal e de um manual de regras de aplicação e criação do economato, no período que antecede a implementação do PTD;
- Criação do web-site na fase inicial de implementação do PTD do Minho-Lima;
- Envio de notas de imprensa no início do PTD do Minho-Lima e no decurso da sua implementação, sempre que a pertinência do mesmo o justifique;
- Realização de um Seminário de Divulgação no início do PTD do Minho-Lima e um segundo final, quando todos os projectos tenham sido concluídos;
- Concepção dos materiais de promoção e divulgação - brochuras, anúncios publicitários, newsletters no início e decurso da implementação do PTD do Minho-Lima;
- Realização de campanhas publicitárias em jornais nacionais, regionais e locais no decurso da implementação do PTD.

Cronograma

ACÇÕES E INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2008	2009	2010
Imagem Corporativa			
Criação de logomarca e Manual de Identidade Visual			
Criação de economato			
Promoção e Divulgação			
Seminários de Divulgação			
Desenvolvimento e manutenção do <i>website</i>			
Concepção e divulgação de materiais de promoção			
Publicidade			
Campanha nos media			

Orçamento

ACÇÕES E INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR DE INVESTIMENTO €
Imagem Corporativa		
Criação da logomarca e Manual de Identidade Visual	1	5.000,00

Criação de economato		5.000,00
Promoção e Divulgação		
Seminário de Divulgação	2	3.000,00
Desenvolvimento e manutenção do <i>website</i>	1	10.000,00
Concepção e divulgação de materiais de promoção		15.000,00
Publicidade		
Campanhas nos media		12.000,00
Valor Global		50.000,00

Responsabilidade Técnica

A Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, através do seu Gabinete de Comunicação e Imagem, e em estreita articulação com os Gabinetes de Comunicação dos Municípios, ficará responsável pela implementação das medidas de informação e publicidade supra elencadas e pela elaboração de propostas visando a melhoria e actualização do Plano de Comunicação.

Monitorização e Avaliação

O Plano de Comunicação do PTD da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima deverá ser objecto de uma adequada monitorização e avaliação no sentido de assegurar o cumprimento das acções propostas, bem como determinar até que ponto estão a ser alcançados os objectivos previamente definidos, devendo permitir corrigir erros eventualmente cometidos ou reajustar alguma medida, com vista a aumentar a eficácia na sua implementação. Neste sentido, prevê-se a constituição de um Grupo de Trabalho que integrará um representante de cada entidade beneficiária do projecto, designadamente da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima e dos municípios que a compõem, que farão a monitorização e avaliação periódica dos níveis de realização e dos resultados atingidos.

Obrigações dos Beneficiários

Os beneficiários são responsáveis pela aplicação de um conjunto de obrigações e procedimentos em matéria de informação e publicidade, determinado por legislação comunitária e nacional e através de especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional, a todas as acções e objectos criados no âmbito das intervenções do PTD do Minho-Lima.

Tal obrigação tem como principal objectivo informar o público-alvo da intervenção sobre o papel desempenhado pela União Europeia, através dos fundos estruturais, e pelo Estado Português, no

âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, nas operações co-financiadas e nos seus respectivos impactos e resultados.

Em concreto, deverão adoptar as seguintes medidas:

- Indicar a participação da União Europeia em todo o material de informação e comunicação gerado pelo projecto (publicações, material formativo, folhetos, páginas web, bases de dados, etc.);
- Colocar a bandeira europeia em qualquer sala onde se celebrem actos públicos (conferências, apresentações, feiras, etc.);
- Informar os beneficiários das acções sobre a sua participação num projecto co-financiado pela União Europeia, garantindo a transparência da actuação.
- No caso de projectos de carácter material, observar-se-á o disposto no Regulamento (CE) n.º 1828/2006 de 8 de Dezembro, garantindo-se, assim, que cada beneficiário será responsável por informar o público sobre a subvenção que lhe foi atribuída ao abrigo dos Fundos.

FICHA TÉCNICA

Coordenação política: Presidentes de Câmara Municipal

Arcos de Valdevez: **Francisco Rodrigues de Araújo**

Caminha: **Júlia Paula Costa**

Melgaço: **António Rui Esteves Solheiro**

Monção: **José Emílio Pedreira Moreira**

Paredes de Coura: **António Pereira Júnior**

Ponte da Barca: **António Vassalo Abreu**

Ponte de Lima: **Daniel Campelo**

Valença: **José Luís Serra Rodrigues**

Vila Nova de Cerveira: **José Manuel Vaz Carpinteira**

Coordenação técnica:

Assessoria Técnica e Coordenação Geral: **Rodrigo Meireles**

Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho (CIVM)

Presidente: **António Rui Esteves Solheiro**

Equipa técnica: **António Torres; Alexandrina Monteiro; Diana Gonçalves**

Comunidade Urbana Vale-e-Mar (VALIMAR ComUrb)

Presidente: **Francisco Rodrigues de Araújo**

Equipa técnica: **Ruy Guerreiro; Luís Miguel Matos; Cecília Marques; Sandra Estevéns**

Elementos de ligação técnica dos municípios do Minho-Lima:

Arcos de Valdevez: **Pedro Teixeira**

Caminha: **Marco Pereira**

Melgaço: **Pedro Sousa; Pedro Cruz**

Monção: **Conceição Soares; César Filipe**

Paredes de Coura: **José Miguel Guerreiro; Isabel Nascimento**

Ponte da Barca: **Sérgio Oliveira**

Ponte de Lima: **Alexandra Esteves**

Valença: **Vítor Araújo; Fernando Barros**

Vila Nova de Cerveira: **Luís Pinheiro**